

RAFAEL GIORGI COSTA

De centro a periferia: as transformações
sofridas pelo Nordeste Paulista na
chegada do café (1873 - 1905)

São Paulo

2016

RAFAEL GIORGI COSTA

De centro a periferia: as transformações sofridas pelo Nordeste Paulista na chegada do café (1873 - 1905)

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional

Orientador: Prof.^a Dr.^a Klara Kaiser Mori

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa. São Paulo 30 de Junho de 2016.

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-MAIL DO AUTOR: ragicosta@hotmail.com

Costa, Rafael Giorgi

C837d De centro a periferia: as transformações sofridas pelo Nordeste Paulista na chegada do café / Rafael Giorgi Costa. -- São Paulo, 2016.

92 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) – FAUUSP.

Orientadora: Klara Kaiser Mori

1.Mercado interno 2.Pecuária 3.Economia cafeeira 4.Nordeste paulista

I.Título

CDU 338.43:633.73

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: COSTA, Rafael Giorgi

Título: De centro a periferia: as transformações sofridas pelo Nordeste Paulista na chegada do café (1873 - 1905)

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Klara Kaiser Mori Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros Instituição: UFES

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Beatriz Piccolotto Bueno Instituição: USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A Marina e Manuela, família querida. Aos meus pais e irmãos, pelo carinho de sempre e pela formação cultural. À querida orientadora Klara Kaiser, pelo modo como conduziu o trabalho. A todos os amigos que de muitas formas me ajudaram neste trabalho.

RESUMO

COSTA, R. G. **De centro a periferia: as transformações sofridas pelo Nordeste Paulista na chegada do café (1873 – 1905)**. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este estudo teve como objetivo avaliar a influência exercida pela agroexportação no desenvolvimento do mercado interno paulista ao final do século XIX. Os dados referentes à composição social e à produção agrícola para os anos de 1836 e 1854, aqui cartografados, revelaram que as áreas mais dinâmicas do mercado interno eram as regiões pecuárias dos caminhos do sul e do Nordeste Paulista, guardando certo afastamento em relação às regiões da agroexportação de cana e café. Esses circuitos do gado eram mais longos e mais lucrativos que o mercado de gêneros alimentícios como o arroz, o feijão e o milho, produzidos no bojo, porém à margem, das fazendas de cana e café do quadrilátero do açúcar e do Vale do Paraíba. O Nordeste Paulista ou Sertão do Rio Pardo, objeto de estudo deste trabalho, foi responsável por articular o Brasil Central Pecuário (Goiás, Mato Grosso e Triângulo Mineiro) com a faixa litorânea Centro-Sul (Rio de Janeiro e São Paulo), constituindo-se como importante centro de cria e (re)engorda. Tal centralidade foi operada por uma elite de chefes-de-parentela pecuaristas residente nos municípios de Franca e Batatais, e cuja reprodução como classe dominante envolvia a inserção em cargos políticos e militares, a propriedade da terra e, conseqüentemente, o domínio sobre grande contingente populacional, incluindo agregados, escravos, compadres e parentes. A fim de avaliar se essa centralidade do mercado interno resistiu ao avanço cafeeiro que atingiu a região na década de 1880, questão ainda em aberto na historiografia, procurou-se pela presença das parentelas e suas linhagens nas listas dos maiores fazendeiros do período de transição. Revelou-se que a elite não só se inseriu como foi protagonista da economia cafeeira na região nas décadas de 1880 e 1890. No entanto, já na virada do século, todo o Estado de São Paulo sofreria com uma forte crise na economia cafeeira, demonstrando a fragilidade e suscetibilidade do mercado externo. Os dados da produção cafeeira do ano de 1905 apontam para a baixa relevância de Franca e Batatais no universo da agroexportação, enquanto os números da produção de gado desse mesmo ano

indicam o deslocamento do eixo principal de articulação pecuária para oeste, mais precisamente para os municípios de Jaboticabal e Barretos, que assumiram a primazia no setor. Conclui-se que a aproximação da agroexportação foi um fator importante que levou à reestruturação do mercado interno para áreas contíguas, devido ao grande desvio de investimentos por parte daquela elite pecuária para a economia cafeeira, o que revelou, em última instância, a dificuldade de ancoragem da produção endógena no espaço quando seu território se mostra atrativo para o estabelecimento da agroexportação.

Palavras-chave: Nordeste Paulista, mercado interno, pecuária, economia cafeeira.

ABSTRACT

COSTA, R. G. **Centrality becomes periphery: the arrival of the coffee economy in Northeast of São Paulo (1873 – 1905)**. 2016. 92 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

This study aimed to evaluate the influence of the external market (agricultural exports) in the development of the internal market during the nineteenth century, in the State of São Paulo. Data about the social composition and food production for the years 1836 and 1854 were collected and systematized, revealing regions which focused different sectors of the domestic market supply. Based on the results, specific literature was consulted for each region, allowing a complete characterization of the different sectors of the internal Market: livestock and food. The livestock market, located in the Northeast of São Paulo and in the southern ways, had longer and more enriching circuits comparing to the foodstuff market, in turn mostly located in the agro-exporting region of coffee and sugar. Specifically the city of Franca, was responsible for articulating the livestock central Brazil (Goiás, Mato Grosso and Triângulo Mineiro) to the south-central coastal region (Rio de Janeiro and São Paulo), constituting an important center on (re)fattening cattle. This centrality was operated by an elite composed mainly of farmers, whose reproduction involved their insertion in political and military positions, land ownership and consequently the domain of large populations. In order to assess whether the centrality of the internal market resisted the coffee advance that hit the region in the 1880s, an issue still open in historiography, this research sought by the presence of those farmers and their lines in the population lists for the transitional period. It was revealed that the elite entered in the world of agricultural exports, but in the end of the nineteenth century a huge crisis in the coffee economy, showing the fragility of external Market. Data of coffee production in 1905 points to the low relevance of Franca and Batatais in the world of agricultural exports, while livestock production indicate the displacement of the main shaft of livestock to the West, specifically for the cities of Jaboatão and Barretos. Concluding, the approach of agricultural exports imposed the restructuring of the internal market for contiguous areas, because of the diversion of investments by that livestock elite for the coffee economy, which proved ultimately,

the difficulty of anchoring the endogenous production in space when its territory shown attractive for the establishment of agro-export.

Keywords: Northeast of São Paulo, internal market, livestock, coffee economy.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 -	Província de São Paulo (1836): Estrutura populacional e produção agropecuária.....	23
Mapa 2 -	Província de São Paulo (1854): Estrutura populacional e produção agropecuária.....	24
Mapa 3 -	Província de São Paulo (1886): Estrutura populacional e produção cafeeira.....	65
Mapa 4 -	Estado de São Paulo (1905): População e produção agropecuária.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor gerado pela produção agropecuária dos 46 municípios da Província de São Paulo em 1836.....	26
Tabela 2 - Localidades paulistas: distribuição da população (1829 - 1836).....	30
Tabela 3 - Distribuição dos escravos e inventários segundo o tamanho da posse. Franca, 1851 – 1888.....	44
Tabela 4 - Estrutura de posse de cativos e ingênuos segundo faixa de tamanho dos plantéis e período: Batatais (1851 – 87).....	44
Tabela 5 - Indicadores de Coeficiente de Centralidade dos Municípios da Região Norte e Nordeste Paulista (1872).....	48
Tabela 6 - Sobrenomes dos principais fazendeiros de Franca e Batatais em 1873.....	59
Tabela 7 - Criadores de Gado e Fazendeiros (não cafeicultores) em 1873 em Franca e Batatais.....	60
Tabela 8 - Sobrenomes dos principais fazendeiros de Franca e Batatais em 1888.....	67
Tabela 9 - Criadores de Gado e Fazendeiros (não cafeicultores) em 1888 em Franca e Batatais.....	68
Tabela 10 - Maiores cafeicultores de Franca (1890 – 1900).....	70
Tabela 11 - Maiores produtores de café em Franca (SP) – 1901.....	73
Tabela 12 - Municípios com maior produção pecuária 1854/1905.....	75
Tabela 13 - Municípios com maior produção de café no ano de 1905.....	80

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Mercado interno em constituição e seus setores na Província de São Paulo nos oitocentos	19
1.1 Metodologia de elaboração dos mapas	21
1.2 Gêneros alimentícios	25
1.2.1 Vale do Paraíba	27
1.2.2 Oeste paulista	31
1.3 Pecuária	39
1.3.1 Caminhos do sul	41
1.3.2 Nordeste Paulista	43
2. Nordeste Paulista: de centro a periferia	52
2.1 Metodologia para cruzamento de dados	55
2.2 Transição: análise das parentelas entre 1873 e 1901	58
2.2.1 Principais fazendeiros em 1873	58
2.2.2 Principais fazendeiros de gado e café em 1888	63
2.2.3 O topo da elite cafeeira na década de 1890	69
2.2.4 Principais cafeeiros de 1901	72
2.3 As consequências da transição	73
Considerações finais	81
Referências bibliográficas	83

Introdução

Nos últimos anos, principalmente por meio das novas fontes primárias que têm sido descobertas e sistematizadas no Brasil¹, vem ocorrendo uma ampliação das possibilidades da historiografia em renovar-se. O processo de revisão é intrínseco a essa disciplina, mas se encontra hoje num momento particular em que se revelam linhas de pesquisa cada vez mais combativas ao que vem sendo denominado de historiografia “clássica” ou “tradicional”, cujo expoente maior e mais questionado é, sem dúvida, Caio Prado Jr.

Variando o tom da crítica, ao observarem os “detalhes” da história brasileira nestas nessas fontes, muitos estudos não encontram por toda parte uma economia de *sentido externo*, cujo caráter fundamental seria “a produção extensiva para os mercados do exterior” e a “correlata falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado” (PRADO JR., 2011, p.10)². Deparam-se, isto sim, com toda uma gama produtiva que não se destinava à exportação e que mantinha certa autonomia em relação às oscilações do mercado mundial, cujas determinações se aplicariam mais aos espaços dominados pela lógica agroexportadora.

Parece não haver mais dúvida do dinamismo provocado por essas atividades econômicas endógenas, principalmente nos lugares mais centrais e articuladores da rede de circuitos voltados ao mercado interno. No entanto, ao se estudar o processo de avanço da atividade cafeeira paulista ao final dos oitocentos, nota-se que quando atingiu o Sertão do Rio Pardo, região do Nordeste Paulista e objeto deste estudo, drenou os investimentos locais que outrora se destinavam à economia do gado,

¹ Dentre os diversos tipos de fontes primárias utilizadas por teses e dissertações recentes, destacam-se: inventários *post mortem*, listas nominativas de habitantes, registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, maços de população, processos criminais, registros de matrícula de escravos e elementos cartográficos.

² Destacam-se aqui alguns autores que, ao realizarem críticas à historiografia “tradicional” com base na identificação de circuitos do mercado interno, deram origem a linhas de pesquisa específicas: Monteiro (1994), ao estudar o mercado de escravos indígenas nos séculos XVII e XVIII notou que sua captura pelos paulistas tinha como finalidade a sua utilização no mercado interno paulista e não a venda para o nordeste da colônia como pensava a “historiografia tradicional”; Fragoso (2001) critica o conceito de *sentido da colonização* de Caio Prado Jr. baseado no apontamento de diversas áreas do centro-sul da colônia onde foi possível a acumulação endógena; Zemella (1951) descortinou todo um mercado de abastecimento interno no centro-sul do país, cujo desenvolvimento se deu em função da descoberta do ouro nas Minas Gerais, mas não identificou a evolução agrário-mercantil paulista daí decorrente, visão que Marcílio (2000), Blaj (2002) e Borrego (2006) viriam mais tarde a retificar. Diversos estudos atuais, decorrentes destas linhas de pesquisa, serão utilizados ao longo deste trabalho.

fazendo com que a região perdesse a primazia em articular o Brasil Central com a zona agroexportadora paulista³.

É por este viés que este trabalho adentra o debate sobre o peso e o caráter do mercado interno brasileiro, comprovando sua existência sim, mas identificando os limites de seu desenvolvimento e suas fragilidades em enraizar-se como uma rede comercial estável, justamente quando disputou espaço com o café. Percebe-se, ao longo da análise, que nesse específico contexto de “choque” entre fronteiras, uma pecuária, outra cafeeira, a ideia da falta de um mercado interno “solidamente alicerçado e organizado” elaborada por Caio Prado Jr. parece fazer sentido, dada a dificuldade de sua permanência e reprodução como atividade protagonista da economia num determinado espaço. Mais do que isso, a análise aponta para mudanças qualitativas nas relações de produção existentes na região, na medida em que as lavouras de café incorporaram a produção de abastecimento por meio do regime de colonato, que vinha se generalizando por todo território paulista, submetendo o produto e o trabalho dos colonos aos fazendeiros donos de terra.

Desse modo, se é certo que o surgimento de um *complexo cafeeiro* (CANO, 1981) promoveu circuitos de abastecimento interno importantes, deve-se reconhecer que, ao menos no recorte aqui estudado, as relações de trabalho estabelecidas pelo colonato aproximaram-se do trabalho compulsório, bem diferentes, portanto, do *tipo* de mercado interno que vinha se desenvolvendo na região ao longo dos oitocentos.

A análise dos dados socioeconômicos e a caracterização das relações de produção oitocentista apontaram que o Sertão do Rio Pardo, especializado na cria e (re)engorda do gado com destino às áreas mais centrais do território paulista, possuía um número de homens livres relativamente alto, uma baixa concentração de escravos por propriedade e uma elite local composta por *parentelas*, características advindas de um povoamento decorrente da expansão mineira pós aurífera.

³ Considera-se Sertão do Rio Pardo a região que vai da margem direita do Rio Pardo até os limites do Estado de São Paulo com Minas Gerais. Nos Mapas 1 e 2, referentes aos anos de 1836 e 1854, respectivamente, é possível perceber que o desmembramento dos municípios de Franca e Mogi Mirim deu origem aos municípios de Batatais e Casa Branca, respectivamente. Este estudo se debruçou sobre os municípios de Franca e Batatais, o que pode ser considerada a porção norte do Nordeste Paulista, definida por ser uma espécie de “porta de entrada” paulista para o gado advindo do Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás. Não está incluído no estudo, portanto, o município de Ribeirão Preto, considerado por algumas pesquisas como integrante do Nordeste Paulista, pois seu povoamento (não autóctone) deu-se apenas na segunda metade do século XIX, não se tratando de uma área de peso no mercado interno antes da chegada do café.

Se o mercado de gêneros alimentícios foi em grande parte incorporado às fazendas de café, a diminuição do peso da pecuária era fruto da opção das elites locais em adentrar a agroexportação, dada a rápida e aparente alta lucratividade que oferecia.

No entanto, em 1897, apenas uma década depois da chegada dos trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CMEF) em Franca, uma forte crise causada pela superprodução de café e pela queda na demanda pelo produto no mercado exterior atingiu todas as regiões paulistas que optaram pela rubiácea, comprometendo o retorno dos investimentos realizados no setor e acabando por revelar a suscetibilidade da agroexportação, principalmente se comparada à economia pecuária pretérita, estruturada com relativa autonomia às oscilações do mercado mundial durante todo os oitocentos.

Essa crise só começaria a ser contornada dez anos depois, com as medidas adotadas no convênio de Taubaté. Se antes da crise o investimento do Estado já era na direção de tornar a agroexportação hegemônica por meio, principalmente, do financiamento da imigração com o dinheiro advindo da venda das terras devolutas, passava agora, a partir das diretrizes estabelecidas no convênio, a comprar o café excedente a preços bem acima do mercado (TOPIK, 1987, p.81) e por meio de empréstimos estrangeiros (FURTADO, 2006, p.254).

Desse modo, a presente pesquisa pretende demonstrar que a agroexportação gerou um abalo no mercado interno e, ao fim e ao cabo, expressou sua vulnerabilidade ao ser vitimada pela crise no sistema cafeeiro ao fim do século XIX, tendo que recorrer a formas artificiais de lucro para se reestabelecer.

De um ponto de vista da problematização dessa questão a partir da sua contextualização na atualidade, alguns trabalhos apontam para a mesma lógica de sobreposição entre mercado interno e agronegócio em que as regalias que o segundo deslumbra e se utiliza para desenraizar o primeiro levam a problemas graves de desenvolvimento econômico.

Para ficar no Estado de São Paulo apenas, cita-se aqui os trabalhos de Cubas (2012) e Bellentani (2015). O primeiro demonstra, nitidamente, através de uma sucessão de mapas, que a produção camponesa de arroz e feijão reduziu-se em muito em função da expansão da agroindústria da cana-de-açúcar em São Paulo

nas últimas décadas, pondo em risco a soberania alimentar regional⁴. Com o apoio financeiro e legislativo do Estado, por meio da retomada do Programa Pró-Álcool, que ideologicamente definiu o Álcool como o combustível “sustentável”, fez surgir uma verdadeira hegemonia da Cana-de-Açúcar pelo território paulista. Não por acaso, paralelamente a isso, outros autores observam o aumento progressivo das favelas em Ribeirão Preto, epicentro da expansão canavieira paulista⁵.

O trabalho de Bellentani (2015) também demonstra cartograficamente a expansão dos monopólios do setor sucroenergético pelo Estado de São Paulo e a consequente redução na produção de alimentos básicos de 2000 a 2013, principalmente nos municípios de Araraquara, Jundiaí, Campinas, Araçatuba e Piracicaba. A elevação do preço fundiário, tornando o solo paulista o mais caro do campo brasileiro neste período, inviabilizou o acesso à terra por parte dos camponeses e aumentou o grau de exploração do trabalho, “é assim e por isso, que o boi vai sendo levado para Amazônia, fazendo aumentar o desmatamento e a grilagem das terras públicas” (OLIVEIRA, 2014, apud BELLENTANI, 2015, p, 156).

Diversos outros estudos também apontam para a atualidade (não se trata de processo terminado) da relação entre os seguintes elementos: a expansão da agroindústria monopolista (cana, madeira, boi, soja e etc.) pelo interior do Brasil, a formação de cidades do agronegócio, a diminuição da diversidade produtiva, a expropriação do homem do campo, o inchaço das cidades e a formação das periferias favelizadas por inúmeras cidades do país (KOWARICK, 1975; ELIAS, 2005; SANTOS, 2005; HUERTAS, 2009).

É importante frisar que esse não se revela um processo muito diferente do que se verá neste trabalho, e, ainda que o foco aqui seja a desestruturação de uma elite econômica endógena oitocentista, não faltam pistas no decorrer do estudo sobre o contínuo desenraizamento do camponês por toda parte e a constante pressão sobre

⁴ A soberania alimentar é a capacidade de uma sociedade produzir, no mínimo, os alimentos básicos de sua reprodução vital. Mas também, e por isso mesmo, envolve a possibilidade de acesso à terra por aqueles que os produzem (CUBAS, 2012).

⁵ Em 1990, havia uma população estimada de 5.575 moradores de favela neste município. Num período de dezoito anos, este número praticamente quadruplicou (MIGLIORINI; PALAZZO; VIANA, 2009). É verdade que o contingente desprendido do campo não se “reterritorializa” necessariamente nas cidades mais próximas de seu antigo território. O processo migratório é constante e contínuo por parte destas pessoas e envolve trocas entre todo o território nacional. Em Ribeirão Preto, muitos moradores são também atraídos do Maranhão e do Piauí, em busca de trabalho no setor da construção civil.

as fronteiras e suas transformações produtivas. É nesse sentido que o presente trabalho se coloca como um híbrido entre os campos da historiografia, geografia e planejamento urbano e regional, afim de melhor compreender o processo de ocupação territorial do Brasil e produzir subsídios para um desenvolvimento orientado pela diminuição dos desequilíbrios socioeconômicos que se dão em diversas escalas pelo território⁶.

O recorte espaço-temporal em foco para atingir esses objetivos foi definido pelo estudo das transformações sofridas pelo Nordeste Paulista e sua economia endógena quando da chegada das fronteiras da agroexportação, ao final dos oitocentos. Se a formação de um mercado interno estruturado e alicerçado é condição *sine qua non* para o desenvolvimento do capitalismo como afirmam diversos teóricos (TAVARES, 1985; CASTRO; SOUZA, 1988; MENDONÇA, 1988; GREMAUD; PIRES, 1999; KAISER, 1996; PAULA, 2002), as opções pela agroexportação à altura apontaram na direção contrária, coibindo o assalariamento por meio da instituição do regime de colonato⁷ e desestruturando ligações endógenas seculares. Em um período de duas décadas de reestruturação produtiva, a antiga principal porta de entrada do gado do sertão ao litoral passaria à condição de periferia do mercado externo.

Utiliza-se aqui a categoria *Periferia* não apenas pela baixa relevância dos números da produção de café de Franca e Batatais perante a província, mas mais por passarem a representar não mais um meio articulador, mas sim os últimos tentáculos de uma *rede dendrítica*⁸ em formação. É imprescindível para a compreensão dos conteúdos da expansão cafeeira pelo Estado de São Paulo perceber o significado de uma rede ferroviária dessa natureza em organizar o

⁶ Trata-se da proposta da linha de pesquisa denominada *Economia, Sociedade e Território*, integrante do curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e cujos textos mais importantes e associados ao tema da atrofia do Mercado Interno e do desenvolvimento concentrado são Déak (2010), Schiffer (2010) e Kaiser (1996).

⁷ É a produção direta dos meios de vida com base no trabalho familiar não assalariado que impossibilita definir essas relações como relações capitalistas de produção. O capitalismo no Brasil cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais, e os empecilhos ao seu próprio desenvolvimento pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos (MARTINS, 1986).

⁸ O termo dendrítica se refere à forma de árvore que esse tipo de rede possui. Milton Santos (1981, p. 140) observa que a rede dendrítica possui essa configuração por causa da “defasagem entre a aceleração da transformação das estruturas do transporte e do consumo e o atraso na transformação das estruturas econômicas sociais”. Corrêa (2006, p.28), na mesma direção, afirma que esse tipo de rede é caracterizado por uma cidade primaz que drena os produtos e a renda fundiária de sua hinterlândia.

território. O que esse arranjo espacial tem de específico é a eficácia em drenar o território por ele atingido e concentrar as riquezas num único centro, um polo, que prescinde de ligações transversais entre seus ramais.

O que essa configuração reticular acaba por revelar é a rápida ocupação do território paulista por uma lógica econômica baseada na agroexportação que, ao menos no recorte estudado, prescinde da (e coíbe a) presença de um mercado interno estruturado em seu interior.

Acontece que a força (oferta) e a necessidade de existência (demanda) daquele mercado interno eram tão intensas que fizeram surgir, numa região mais afastada, uma nova centralidade do mercado do boi, agora operada pelos municípios de Jaboticabal e Barretos, a oeste do Sertão do Rio Pardo. Esse novo eixo pecuário também se consolidou em uma área ainda não explorada pela cafeicultura e pelas ferrovias, o que, seguindo a linha dos estudos contemporâneos sobre a complexidade do mercado interno brasileiro oitocentista, joga luz no fato de que o avanço cafeeiro não se deu por sobre territórios “vazios”, “selvagens” ou pouco povoados. Pelo contrário, se deparou, nessas duas regiões, uma após a outra, com outra fronteira em expansão, representada pelos mineiros que durante mais de um século foram capazes de povoar grande parte do oeste paulista⁹. É importante destacar essa questão, pois na grande maioria dos estudos referentes à expansão cafeeira poucas referências são feitas sobre o povoamento pretérito, sendo mais comum encontrar mapas das ferrovias de São Paulo avançando sobre um “grande fundo branco”¹⁰.

⁹ Sobre a abrangência da ocupação dos mineiros em todo o Oeste Paulista ver Leite (1961). O autor apresenta esse povoamento como um grande refluxo de paulistas que depois de muitas décadas sem sucesso nas minas retornam para terras agora mais a oeste, trazendo já outras características e agora na busca por terras de pastagens (LEITE, 1961, p165-68).

¹⁰ No clássico estudo de Milliet (1941), por exemplo, não se encontram referências à formação de economias anteriores ao café em São Paulo e, por consequência, sua proposta de regionalização e análise de dados é debilitada ao unir nos mesmos números as zonas tributárias da Cia Mogiana, onde já havia significativa estrutura econômica de ligação entre o Brasil central e a faixa litorânea, e Cia Paulista, cuja “última” vila na primeira metade dos oitocentos era Araraquara, ainda em condição de boca de sertão, conforme afirma Messias (2003). A Pierre Monbeig (1984) também não está visível a dimensão do mercado pecuário anterior ao café. Embora sejam incomensuráveis as contribuições do autor sobre o avanço cafeeiro no Estado de São Paulo, também está presente uma leitura “de leste para oeste” do processo. As obras de Matos (1990) e Saes (1981), embora constatem em seus mapas um povoamento pretérito ao café na futura zona atingida pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, não o exploram.

É este fundo que se tenta colorir a partir deste trabalho, com o auxílio de autores que há algum tempo já vêm tentando escrever em detalhes e compreender o peso, o caráter e o significado do mercado interno do boi nos oitocentos.

Assim, com o objetivo de demonstrar a pujança deste circuito do mercado interno e identificar seus limites de desenvolvimento, este trabalho se estruturou-se da seguinte maneira: no capítulo 1, buscou-se caracterizar os setores do mercado interno de abastecimento na Província de São Paulo, destacando a maior possibilidade de desenvolvimento econômico por parte do setor pecuário quando comparado ao de gêneros alimentícios, cuja condição de estar presente em meio às zonas agroexportadoras fez por limitar sua evolução. A maior importância do setor pecuário se revelou pelo longo alcance de seus circuitos, pelo valor gerado pelos seus produtos e pela formação de uma elite que o operava. No capítulo 2, estudou-se o comportamento dessa elite perante a chegada do café, buscando demonstrar sua inserção no universo da agroexportação e avaliando, por fim, as consequências da chegada do café para aquela importante economia pecuária pretérita.

1. Mercado interno em constituição e seus setores na Província de São Paulo nos oitocentos

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que uma leitura do mercado interno que tenha como foco a identificação dos limites de seu desenvolvimento admite que o que está sendo analisado é um mercado interno *em constituição*, ou seja, incompleto. Ao longo deste trabalho, as menções aos circuitos do mercado interno se referem aos embriões de sua formação, sendo que um mercado interno só pode ser entendido, conceitualmente, como “completo” ou “desenvolvido” quando se torna unificado e integrado dentro de uma determinada unidade nacional. João Antônio de Paula, em um dos textos mais esclarecedores sobre o tema, argumenta que

a realidade dominante do mercado interno no Brasil, foi, até a segunda metade do século XX pelo menos, a sua falta de integração, a existência de um efetivo arquipélago de relações de trabalho, tecnologias, graus de mercantilização e monetização [e] estruturas fundiárias regionalmente diferenciadas (PAULA, 2002, p.12).

Estas características de incompletude vieram à tona no decorrer deste capítulo, que buscou caracterizar os diversos circuitos do mercado interno da Província de São Paulo nos oitocentos a fim de encontrar aqueles que foram, dentro de suas possibilidades, os mais importantes economicamente.

Essa caracterização foi realizada por meio da coleta de dados referentes à composição social e à produção econômica para os anos de 1836 e 1854, números que foram sistematizados em forma de mapas e tabelas, revelando regiões bem definidas onde existiam diferentes setores do mercado interno concentrados, não só no que se refere ao artigo comercializado como também à quantidade e ao valor produzido, às estruturas populacionais presentes e às relações de produção estabelecidas.

Os resultados levaram ao entendimento de que o mercado de abastecimento¹¹ pode ser dividido em dois setores em função das possibilidades de desenvolvimento

¹¹ Considera-se mercado de abastecimento aquele responsável pela produção agropecuária destinada ao consumo alimentar e, no caso do gado, também a sua comercialização para utilização como meio de transporte ou mesmo como força motriz. Em todos os casos, para os efeitos deste trabalho, são circuitos comerciais que se iniciam e se encerram dentro do atual território brasileiro.

(ou evolução) econômico e de ampliação (ou alcance) espacial: o pecuário e o de gêneros alimentícios.

A pesquisa bibliográfica específica para cada setor, referente às suas formações sociais, permitiu o aprofundamento da compreensão dos dados e reforçou o entendimento de que o setor pecuário, concentrado no Nordeste Paulista e nos caminhos do sul, possuía circuitos mais longos e enriquecedores se comparados aos do mercado de gêneros alimentícios, majoritariamente localizado nas zonas agroexportadoras e por isso limitado em seu crescimento.

O município de Franca, localizado no Nordeste Paulista, foi identificado como uma centralidade capaz de articular o mercado do gado, ligando grande parte do *Brasil Central Pecuário*¹² à faixa litorânea centro-sul (Rio de Janeiro e São Paulo), durante a primeira metade do século XIX. A importância econômica de Franca se expressa pela emergência de uma elite pecuária, composta principalmente de fazendeiros chefes-de-parentelas¹³, e cuja reprodução como classe dominante envolvia a inserção (sua e de seus homens de confiança) em cargos políticos e militares, a propriedade da terra (e sua condição de “permitir” a exploração alheia) e o domínio sobre grande contingente populacional, incluindo agregados, escravos e parentes. O município de Batatais, a sul de Franca, não teve sua produção arrolada na fonte referente ao ano de 1854, mas, como comprova a bibliografia estudada adiante, abrigava atividades pecuárias e relações sociais muito similares às de Franca, sendo possível compreender ambos os municípios como uma unidade de estudo: o Sertão do Rio Pardo.

¹² Regiões pastoris que se desenvolveram ao longo dos oitocentos e que abrangiam parte das capitâneas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais, interligadas através de diversos caminhos aos principais mercados consumidores de São Paulo e do Rio de Janeiro (PERINELLI NETO, p.50).

¹³ O grupo social das parentelas, estudado adiante, era formado por famílias e suas extensões de agregados e compadres que, de alguma forma, estavam submetidos a um grande fazendeiro ligado a cargos políticos e militares que lhe conferiam a propriedade da terra.

1.1 Metodologia de elaboração dos mapas

Para a construção dos mapas dos mercados paulistas foram utilizadas duas fontes primárias: *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo*¹⁴, referente ao ano de 1836, e o *Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854*, que tem como complemento o *Quadro Estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo 1854*¹⁵. Foram confrontadas também, obras que sistematizaram e digitalizaram¹⁶ essas fontes primárias, o que possibilitou a correção de algumas inexatidões, o reconhecimento de alguns municípios cujos nomes se alteraram ao longo do tempo e o mapeamento dos desmembramentos ocorridos neste ínterim.

Os dados de composição populacional dos municípios foram transformados em gráficos circulares, divididos em setores que representam a condição da população: livre nacional, livre estrangeira e escrava. Tais gráficos ainda variam sua dimensão de acordo com o tamanho da população de cada município.

Os dados referentes à produção foram transformados em gráficos de colunas. Os produtos medidos em arrobas (café e açúcar) puderam ser comparados diretamente entre si¹⁷. Os gêneros alimentícios considerados foram o arroz e feijão, produtos principais da dieta básica da população¹⁸. Ambos foram catalogados em alqueires e puderam ser somados para efeito de um mapeamento mais sintético, uma vez que, em geral, os municípios que se destacavam na rizicultura também o faziam na produção de feijão. Os dados referentes à criação de gado foram arrolados por cabeça e, para efeito de uma comparação no tempo, a coluna precisou representar a soma de todas as espécies, já que, em 1854, ao contrário de 1836, não há documentada discriminação alguma em relação às classes (suína, cavalar, vacuum, muar e lagineiros).

¹⁴ Este trabalho foi realizado pelo engenheiro militar luso-brasileiro Daniel Pedro Müller (1785-1841) e foi encomendado pela Assembleia Legislativa de São Paulo em 1837 (BEIER, 2015).

¹⁵ Estes estudos foram encomendados pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, em 1855, e organizados por José Joaquim Machado de Oliveira (BASSANEZI, 1998, p.13).

¹⁶ Camargo (1981), Bassanezi (1998a) e Bassanezi (1998b).

¹⁷ Além da mesma unidade, reforçam as possibilidades de comparação entre estes produtos os preços similares de suas respectivas arrobas. O preço máximo da arroba de café era de 3\$200 e o do açúcar branco, 3\$300. O preço médio variava de 2\$400 para 2\$000, respectivamente (MÜLLER, 1978, p.122).

¹⁸ O milho também poderia ser adotado aqui como um produto do setor de gêneros alimentícios, no entanto, parte considerável desta produção era destinada ao consumo animal.

Após a sistematização dos dados, foi necessário equiparar as três unidades distintas (arrobas, alqueires e cabeças) no mesmo mapa. Caso a altura das colunas fosse referente ao valor produzido de cada setor (dato existente que poderia ser uma forma de unificação interessante) surgiriam dois problemas: em primeiro lugar, nem toda a produção era comercializada; como veremos, em alguns casos tratava-se de produção para consumo autárquico das fazendas. Em segundo lugar, as colunas que representam o café iriam, sintomaticamente, ofuscar todo e qualquer produto voltado para o mercado interno, não sendo possível identificar suas regiões.

Os gráficos em colunas referentes aos produtos da economia foram então normatizados e equiparados por um topo representando o município que mais produziu naquele determinado setor do mercado. Por exemplo, o topo da coluna de açúcar, em 1836, refere-se à produção do município de Campinas e atinge o mesmo patamar que o topo da produção de gado à altura, atribuição de Mogi Mirim. Da mesma forma, o topo da coluna dos gêneros alimentícios equivale à produção de Iguape. Ressalta-se que a ideia principal não é tanto comparar produtos entre si quanto visualizar, simultaneamente, os maiores produtores de cada setor, a fim de se enxergarem regiões especializadas e de se explicitarem, posteriormente, as respectivas relações de produção. Por fim, cabe salientar que o valor das alturas das colunas do mapa de 1836 não é o mesmo que o de 1854, pois, neste ano, a produção cafeeira foi em média 10 vezes maior e, portanto, as alturas atingidas pelo café comprometeriam a legibilidade dos mapas.

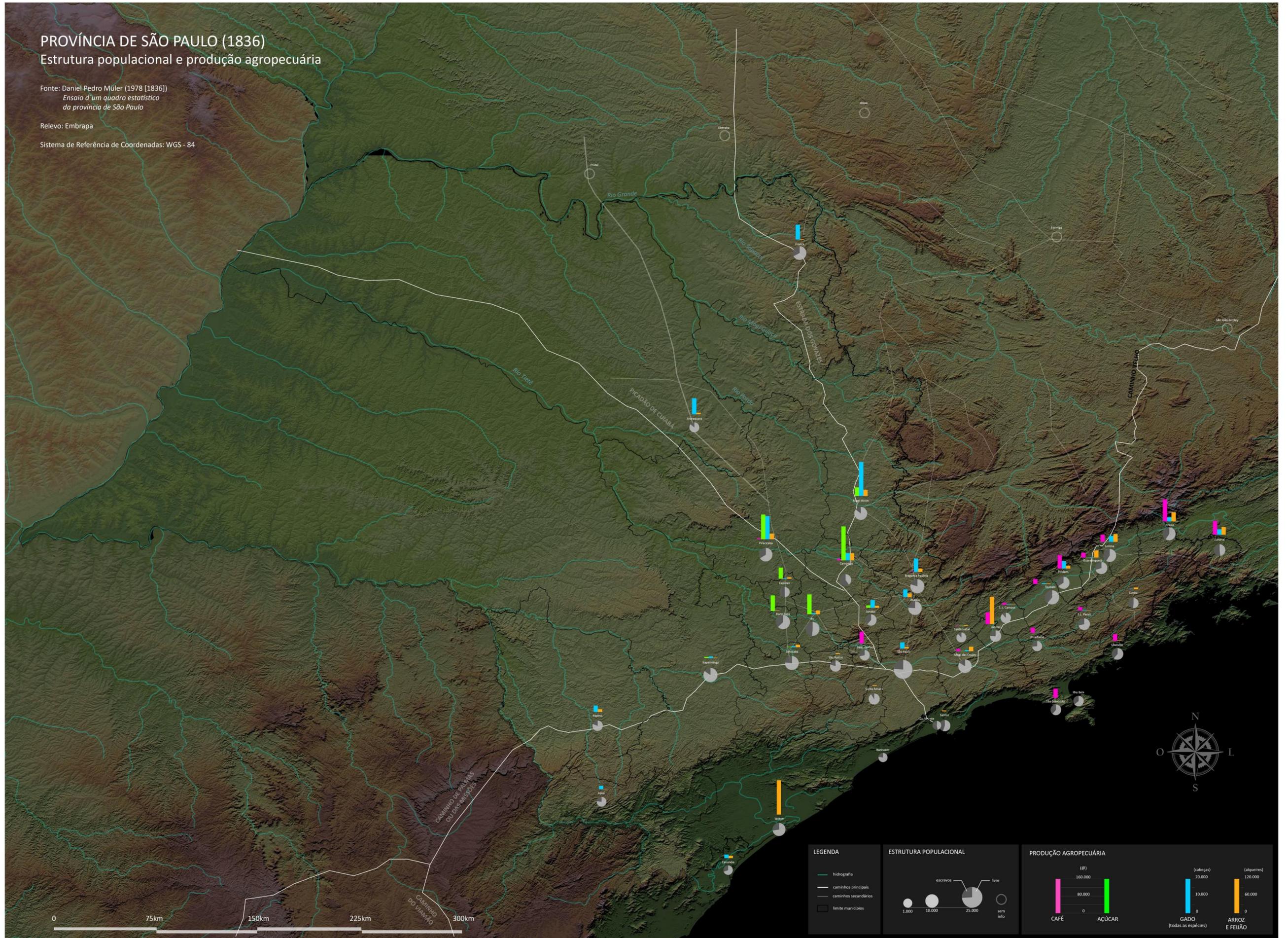
PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1836)

Estrutura populacional e produção agropecuária

Fonte: Daniel Pedro Müller (1978 [1836])
Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo

Relevo: Embrapa

Sistema de Referência de Coordenadas: WGS - 84



LEGENDA

- hidrografia
- caminhos principais
- caminhos secundários
- limite municipais

ESTRUTURA POPUCUÁRIA

escravos livre

1.000 10.000 25.000 info

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

(@)

160.000 80.000 0

CAFÉ AÇÚCAR

(cabeças) (alqueires)

20.000 10.000 0

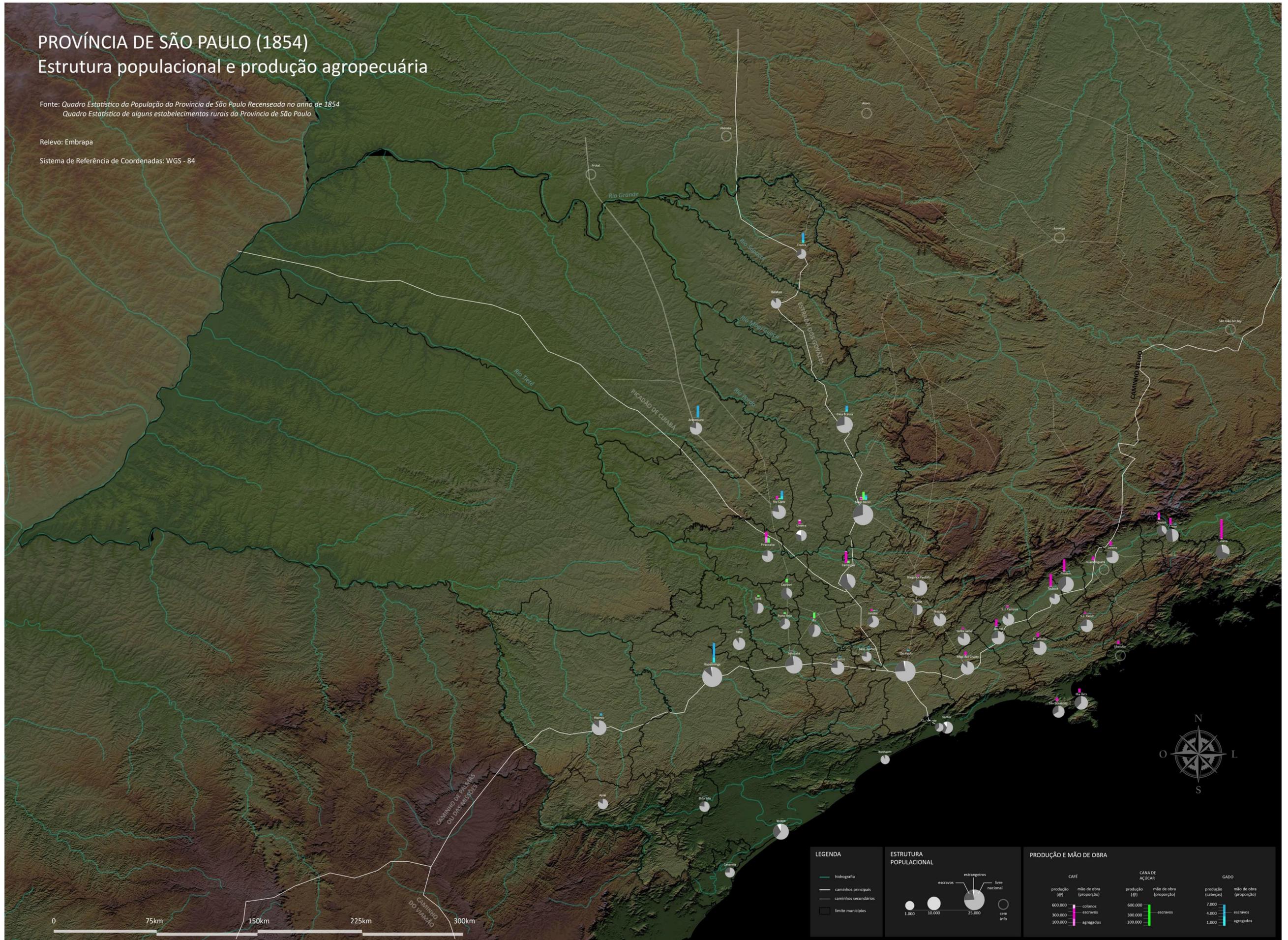
GADO (todas as espécies) ARROZ E FEIJÃO

PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1854) Estrutura populacional e produção agropecuária

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854
Quadro Estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo

Relevo: Embrapa

Sistema de Referência de Coordenadas: WGS - 84



LEGENDA		ESTRUTURA POPUCIONAL		PRODUÇÃO E MÃO DE OBRA			
	hidrografia		estrangeiros		colonos		escravos
	caminhos principais		escravos		agregados		agregados
	caminhos secundários		livre nacional		sem info		
	limite municípios						

1.2 Gêneros alimentícios

Sobre o mercado de gêneros alimentícios em 1836, cabe uma primeira observação que serve de ponto de partida. Com exceção de Iguape, nenhum município tem como produto hegemônico ou “carro-chefe” de sua economia os gêneros alimentícios¹⁹. Enquanto o café, o açúcar e o gado são produtos nucleares em muitos municípios, a produção de alimentos, majoritariamente situada em meio às zonas cafeeiras e canavieiras, dificilmente alcança a condição de produto principal.

Os dados revelam que a produção de arroz está principalmente situada em meio ao Vale do Paraíba, uma vez que cinco dos seis maiores produtores estão nessa região, e, no caso do feijão, cinco dos sete maiores também ali se encontram. Sabe-se que esses municípios estão imbuídos em uma ordem escravocrata de produção cafeeira voltada para exportação, como veremos adiante, mas ainda assim revelam grande produtividade de alimentos.

Importante perceber, antes de tudo, que os números apontam para o baixo valor gerado pela produtividade de gêneros alimentícios: em 1836, o município de Iguape, mesmo sendo protagonista absoluto da rizicultura²⁰, ocupa apenas a posição de 13ª economia da província (ver Tabela 1)²¹. O valor auferido por Franca pelas vendas de reses, por exemplo, a coloca em 10º lugar, mesmo sendo em 1836 o 4º maior produtor pecuário.

O município de Mogi Mirim, embora tenha grande diversidade produtiva, tem no gado seu setor de destaque, fator decisivo para colocá-lo como 2ª maior economia da província (ver Tabela 1). Na realidade, esse município é também integrante do circuito de entrada do gado oriundo do Brasil Central, sendo uma das principais

¹⁹ Iguape, diferentemente dos outros municípios produtores de arroz, destinava sua produção principalmente para o Rio de Janeiro, e constituiu-se, segundo Valentin (2006), como uma verdadeira “civilização do arroz”, marcada pelas tensões entre a elite rural e comercial.

²⁰ Em 1836, a produção de arroz em Iguape, de 118.296 alqueires, praticamente dobra a de Jacareí, o segundo maior produtor.

²¹ A partir dos valores produzidos pelas atividades agropecuárias relatados em Müller (1978 [1836]) foi possível construir um ranking dos municípios de maior importância econômica da província (ver Tabela 1). Há que se ponderar que a capital cumpria uma função de articulação comercial muito mais importante que sua função no ramo rural (MOURA, 2006), e os valores auferidos nesta função não foram obtidos. Outro município com a mesma função, principalmente pela revenda de animais em suas feiras, Sorocaba, também deve ter sua posição no ranking ponderada.

localidades do que se denominava Estrada dos Goiases ou do Anhanguera, tema estudado mais adiante.

Tabela 1 – Valor gerado pela produção agropecuária dos 46 municípios da Província de São Paulo em 1836.

	MUNICÍPIO	Valor gerado pela produção agropecuária (contos de réis)
1	CAMPINAS	308:325\$620
2	MOGI MIRIM	308:089\$580
3	JACAREÍ	301:185\$600
4	BANANAL	259:426\$000
5	CASTRO*	247:550\$812
6	PINDAMONHANGABA	220:090\$440
7	ITU	207:391\$680
8	LORENA	196:638\$240
9	CURITIBA*	176:824\$000
10	BRAGANÇA PAULISTA	155:054\$400
11	JUNDIAÍ	135:439\$720
12	CAPIVARI	128:562\$320
13	FRANCA	111:882\$920
14	GUARATINGUETÁ	100:017\$400
15	SÃO PAULO	100:006\$345
16	IGUAPE	94:638\$800
17	UBATUBA	91:958\$000
18	ARARAQUARA	91:882\$000
19	ITAPEVA	86:176\$000
20	PORTO FELIZ	85:890\$400
21	AREIAS	85:772\$836
22	MOGI DAS CRUZES	79:787\$680
23	PARANAGUÁ*	69:714\$240
24	ATIBAIA	69:627\$060
25	PRÍNCIPE*	63:983\$900
26	ILHABELA	61:503\$000
27	PARAIBUNA	60:610\$000
28	PIRACICABA	53:298\$200
29	SÃO LUIS DO PARAITINGA	52:970\$480
30	SOROCABA	46:978\$070
31	TAUBATÉ	38:007\$020
32	CUNHA	35:557\$000
33	SANTANA DE PARNAÍBA	33:838\$860
34	SÃO SEBASTIÃO	32:358\$800
35	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	30:069\$600
36	ITAPETININGA	28:195\$080
37	SANTO AMARO	24:962\$860
38	SANTA ISABEL	21:291\$830
39	SÃO VICENTE	16:513\$800
40	CANANÉIA	13:328\$400
41	ANTONINA*	12:820\$000
42	SANTOS	12:059\$000
43	ITANHAÉM	8:350\$000
44	SÃO ROQUE	4:973\$880
45	GUARATUBA*	2:809\$320
46	APIAÍ	1:406\$800

*Municípios que hoje pertencem ao Estado do Paraná, cujo desmembramento da Província de São Paulo se deu em 1853.

Fonte: Müller (1978).

O município de Bragança também corrobora para o entendimento de que o comércio de gado movimentava maiores valores, já que sua produção essencialmente pecuária, a 5ª maior da província, o coloca como 8ª maior economia.

Os dados fornecidos por Müller (1978) demonstram locais e quantidades da produção de gêneros alimentícios em análise neste subcapítulo, mas é preciso recorrer à bibliografia para saber quem eram esses produtores e como se davam as relações de produção desse setor que estava em atividade, principalmente, dentro das zonas do mercado externo. É preciso saber se o mercado de alimentos foi “capaz” de gerar uma elite ou se tratava-se de uma economia de subsistência. Tal questão surge com o objetivo de se esclarecer se algum dos produtos voltados para o mercado interno foi capaz de gerar riqueza quando inserido no espaço dominado pela agroexportação, para saber, afinal, quais os efeitos (limitadores) da lógica da agroexportação sobre o desenvolvimento do mercado interno.

Antecipa-se que a linha de argumentação que se segue busca demonstrar os indícios que levaram à conclusão de que o mercado de gêneros alimentícios é operado, em São Paulo, principalmente por homens livres e pobres, situados em terras alheias e no bojo das lavouras da agroexportação.

Primeiramente será abordada a zona que, em razão do café, se mostrou a mais economicamente ativa da província e, simultaneamente, a que apresentou maior produção de gêneros alimentícios em 1836: o Vale do Paraíba. Importante dizer que não se trata de um desvio do tema, mas de realizar uma diferenciação que tem como resultado uma proposta de regionalização pelas especificidades socioeconômicas.

1.2.1 Vale do Paraíba

Foi no início dos setecentos que os antigos pousos dos bandeirantes deixaram essa condição de paragem e se desenvolveram economicamente, à medida que se intensificava com as Minas Gerais o comércio pecuário e de gêneros alimentícios por parte dos paulistas (ZEMMELA, 1951).

Em função desse comércio de abastecimento das minas, e valendo-se da condição de “atravessar” as mercadorias advindas do sul, formou-se na primeira metade dos setecentos uma elite mercantil na capital da província, composta de reinóis e forasteiros, mas que só iria se consolidar de fato a partir das práticas de conjugação matrimonial com membros de antigos clãs de ascendência bandeirante, os donos de terras (BORREGO, 2006).

Entretanto, na bibliografia não há indícios da presença dessa elite mercantil alcançando o Vale do Paraíba no século seguinte, o que sugere que a produção vista no mapa não representa sua continuidade no tempo. Ademais, deve-se levar em conta que o comércio com as minas já não tinha mais intensidade num contexto em que os próprios mineiros, em substituição à mineração, assumiram a condição de celeiro da colônia, e, por isso, eram mais que autossuficientes no ramo rural.

Em recente estudo, Garrido (2011) traz subsídios que provam o aumento na produção de gêneros alimentícios no Vale do Paraíba no despertar dos oitocentos, mas é preciso lembrar que nesse período esse espaço ainda não era atrativo para as grandes plantações de café, o que só iria ocorrer a partir de 1820. Ainda assim, vale registrar que se formaram, segundo o autor, “bandos de poder” ou “clãs”, constituídos pelas famílias mais abastadas da escala local, embora sem muito poder em relação à região.

No recorte abordado, o dado concreto que melhor esclarece quem estava produzindo para o comércio interno refere-se aos números dos responsáveis pelas vendas de gêneros agrícolas em 1829, sistematizados por Iraci del Nero da Costa (1992). No município de Taubaté, por exemplo, três quartos das vendas de arroz foram realizadas por não proprietários de escravos, ou seja, homens livres e pobres. Quanto ao feijão e ao milho, também foram vendidos majoritariamente por essa categoria social. Essa mesma proporcionalidade foi verificada pelo autor para grande parte da região do Vale do Paraíba.

No entanto, destaca-se aqui que, inversamente, no que se refere à produção e não à venda, os números de Costa (1992) apontam serem os senhores de escravos os maiores *cultivadores* de gêneros alimentícios na maior parte da região, incluindo-se arroz, feijão, milho e café. A reflexão sobre esses dados aparentemente contraditórios sugere que muito do que era produzido por esses proprietários de

cativos não era vendido. Mais do que isso, que a maior parte do total produzido na região não era vendida, um importante indício da autarquia das fazendas escravistas²².

Desse modo, a concentração da produção de gêneros alimentícios no Vale do Paraíba vista no mapa pode, em grande parte, não ter sido realizada como mercadoria, mas voltada provavelmente à cesta de consumo da mão-de-obra das lavouras de café, o que impede de considerar tal produção como integrante de um mercado propriamente dito. O próprio autor chega a uma conclusão similar para a província como um todo, afirmando que os não-proprietários de escravos “[...] compareciam com participações na produção, e *particularmente nas vendas*, não muito distantes de seu peso relativo na população” (COSTA, 1992, p.111. Grifo nosso).

Salienta-se que o imenso peso dos não-proprietários de escravos nessa população, supostamente equivalente a seu peso nas vendas de gêneros (vide grifo nosso), é justamente o cerne da tese do autor. Na população paulista, a predominância dos não-proprietários de cativos impressiona (ver Tabela 2) e chama a atenção para o que Eisenberg (1989) denominou de “homens esquecidos”, pouco registrados na história e pouco perceptíveis para a historiografia.

Esses homens livres e pobres foram identificados por Costa (1992) como uma massa composta de expressivo contingente de agregados e de sitiantes que viviam em terras alheias, despossuídos dos meios de produção. Para chegar a essa conclusão o autor aponta que, por volta de 1830, 90 a 100% dos agregados paulistas não eram proprietários de escravos (COSTA, 1992, p.61). No que se refere à propriedade da terra, embora sejam dados referentes ao final dos setecentos, vale registrar que, em Bananal, 73% dos não-proprietários de escravos não a tinham. Em Areias, eram 59% os que moravam de favor. Em Lorena, 56%, e, em Taubaté, 45%. Já, inversamente, cerca de três quartos dos proprietários de escravos do Vale do Paraíba tinham a propriedade da terra.

²² Deve-se considerar a presença, no entanto, das pequenas e médias propriedades produzindo café na região, como aponta Marcondes (1998). Ainda assim, para este mesmo autor, “com a expansão cafeeira, cresceu a concentração da propriedade, especialmente a escrava. Neste processo pode ter havido a exclusão de um grande número de indivíduos de apoucadas posses” (MARCONDES, 1998, p.20).

A partir da constatação de que eram agregados e sitiantes os homens que vendiam a maior parte dos gêneros alimentícios na região, é possível conectar-se aos estudos de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983) e perceber que essas categorias sociais eram sobrepujadas pelos proprietários de terras, ainda que por meio de uma aparente igualdade estabelecida pelas relações de compadrio.

Para a autora, como categoria social, o agregado se definia como um homem livre e pobre, que subsistia em algum canto das terras alheias, produzindo descontinuamente e sem nenhum vínculo ocupacional necessário (FRANCO, 1983, p.92-93). Esse modo de “subsistir” se deu em função de o processo de concentração de terras (fator fundamental para viabilizar o sistema de *plantation*) ter gerado dimensões fundiárias que ultrapassavam a sua capacidade de expansão e sua necessidade de produção de café.

Tabela 2 – Localidades paulistas: distribuição da população (vários anos – em %)

Local-Ano	População Total			População Livre	
	Escravos	Propriet. e depen.	Não-propriet. e dependent.	Propriet. e depen.	Não-propriet. e dependentes
<i>Região Açucareira</i>					
Itu-1836	52,0	18,7	29,3	39,0	61,0
Campinas-1829	57,2	15,5	27,3	36,1	63,9
<i>Vale do Paraíba</i>					
Bananal-1829	57,0	20,7	22,3	48,0	52,0
Areias-1829	45,8	20,2	34,0	37,2	62,8
Lorena-1829	29,7	18,7	51,6	26,5	73,5
Guaratinguetá-1829	32,1	18,6	49,3	27,4	72,6
Taubaté-1830	21,8	15,8	62,4	20,3	79,7
<i>Região da Pecuária</i>					
Sorocaba-1824	21,0	14,8	64,2	18,7	81,3
<i>Sub-região (Mineração)</i>					
Apiai-1824	28,7	13,5	57,8	18,9	81,1
<i>Litoral Centro-Norte</i>					
Santos-1830	44,6	21,4	34,0	38,7	61,3
São Sebastião-1830	32,9	22,8	44,3	33,9	66,1
<i>Litoral Sul</i>					
Cananéia-1830	28,6	15,1	56,3	21,2	78,8
Iguape-1828	29,4	15,9	54,7	22,5	77,5
Xiririca-1828	29,2	25,6	45,2	36,2	63,8

NOTA: Os valores são porcentagens e, para cada um dos dois grandes conjuntos (população total e população livre), somam 100,0 no sentido das linhas.

Fonte: Costa (1992, p. 29).

Era nessa brecha que se encaixavam, como homens prescindíveis²³, os agregados e os sitiantes, inseridos numa ordem social cuja força motriz era a mão-de-obra cativa e na qual havia elevado grau de autarquia nas fazendas. Nas palavras da autora, tratava-se de

um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram. Formou-se antes uma 'ralé' que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser. (FRANCO, 1983, p.14).

Não há uma contradição teórica em perceber, com Costa (1992), a existência de grandes contingentes de homens livres partícipes do mercado interno e afirmar serem eles prescindíveis ao sistema cafeeiro. Em primeiro lugar porque, como visto, a maior parte da produção de alimentos não é vendida, e, se os homens livres vendem ou não a menor parte pela qual são responsáveis como produtores, pouca capacidade de desenvolvimento lhe é conferida, já que há um significativo grau de autarquia na região. Em segundo lugar porque, em ambos os estudos, está presente a ideia que se assume como conclusão, qual seja, a de que não se formou aí uma classe estruturada ao redor do mercado de gêneros alimentícios e sim, uma camada de homens pobres que "sobraram" no processo de formação do mercado, e continuaram pobres ao reproduzirem suas condições sociais. Um quadro que revela a estreiteza dos limites locais dentro dos quais este tipo de mercado interno poderia se desenvolver.

1.2.2 Oeste paulista

No mapa de 1836, destaca-se uma região que concentrava a produção de açúcar, em um quadrado distorcido, conformado pelas vilas de Porto Feliz,

²³ Ainda que prescindível, uma das vantagens para o fazendeiro em fornecer alguma assistência ao sitiante estava na retribuição, em forma de filiação política (FRANCO, 1983).

Piracicaba, Mogi Mirim e Jundiaí. Essa região foi denominada Quadrilátero do Açúcar por Caio Prado Jr. (2011) e Petrone (1968) e caracterizada também por estes autores como uma área inserida na lógica da ordem escravocrata.

No último quartel dos setecentos, a guerra de independência das colônias norte americanas e a revolução haitiana iriam gerar uma insuficiência na oferta de açúcar no mercado mundial. É neste contexto que começou a se desenvolver, no oeste paulista, a lavoura canavieira de exportação. Com a dinamização da economia chegam capitais, casas de moenda, mão de obra livre e principalmente escravos, além de ser implantada toda uma rede de estradas, precárias vale lembrar, conectando as áreas produtoras ao porto de Santos.

No centro desse perímetro estavam os dois maiores municípios produtores: Itu e Campinas. O total da produção açucareira, em 1836, estava praticamente igualado ao que se colheu de café, na casa das 500.000 arrobas, sendo Itu e Campinas responsáveis por 28% e 16% respectivamente.

Além do açúcar, contata-se que o quadrilátero também concentrava significativa produção de arroz e feijão, principalmente em Itu, Campinas, Piracicaba e Mogi Morim. Para os propósitos deste trabalho, interessa descobrir quem eram esses produtores e se operavam em um mercado lucrativo e/ou em desenvolvimento.

Marcílio (2000) observa que a cultura canavieira gerou, em seu desenvolvimento e contínua exigência por escravos²⁴, a complexificação, estratificação ou hierarquização dessa estrutura social em crescimento, levando a se diferenciar o proprietário do não proprietário de escravos, numa evolução do quadro social da qual emergiu uma massa de homens livres, sem qualquer propriedade:

de uma situação de quase indiferenciação socioeconômica, de uma força de trabalho muito homogênea, iniciou-se, a partir do final do séc. XVIII, a estruturação de uma pirâmide sócio-profissional mais diferenciada. Os escravos constituíam fermentos dessa diferenciação e a base da pirâmide. Na outra ponta, estavam os grandes proprietários de terra, de gado e de grande número de escravos, ou ainda ligada ao grande negócio. A porção intermediária era formada pela grande massa dos grupos

²⁴ O aumento do número de cativos na província foi realmente grande, no período, e se deveu em grande parte à implantação da cultura canavieira, embora não se deva esquecer que, em 1836, o café, mesmo incipiente, já exigia grande número de escravos. De 1813 a 1836, a população livre aumentou 44,7%, enquanto a escrava aumentou 80,1% (MARCÍLIO, 2000).

domésticos de camponeses roceiros, pequenos artesãos e pequenos homens de comércio, pequenos proprietários de terras e de escravos ou posseiros de terras alheias ou devolutas, com poucos escravos ou sem eles (MARCÍLIO, 2000, p.116.).

A agricultura tradicional de subsistência, segundo a autora, era de origem anterior à cana-de-açúcar e ainda coexistia com ela no início da formação do quadrilátero²⁵, mas sua permanência durante os oitocentos foi possível apenas em razão do caráter elástico das fronteiras, que se expandiram, funcionando como uma válvula de escape para sul e oeste, sobre áreas antes ocupadas por mamelucos e caboclos.

Neste caráter elástico das fronteiras está implícita para a autora a ideia de que ela era fruto da própria expansão das fazendas de cana-de-açúcar. Quando uma área já não comportava mais a concessão de sesmarias e a subdivisão das terras, procurava-se por áreas novas²⁶, num avanço gradativo do planalto para o interior e fazendo progredir a fronteira da cultura canavieira. A instalação das fazendas de Porto Feliz e Piracicaba, por exemplo, era resultado da saturação de Itu, onde, já em 1784, segundo o capitão-mor à altura, “*não se achão muitos terrenos, onde possam estabelecer-se*” para erigir engenhos (apud PETRONE, 1958, p.54).

Alguns dados concretos nos ajudam a enxergar o grau de concentração fundiária desse sistema e explicam melhor tal situação de repulsão dos produtores de gêneros. Ainda com Petrone (1958), 9,72% das propriedades ocupam 68,87% da área total, e das 31 propriedades maiores, 29 se dedicam à plantação de cana-de-açúcar. No outro extremo, e numericamente predominantes, existiam as fazendas menores, dedicadas majoritariamente à produção de mantimentos. Em Piracicaba, por exemplo, havia, em 1818, 275 propriedades, das quais 27 apenas eram de cana; em Jundiáí, no mesmo ano, das 278 fazendas, 26 eram canavieiras com engenho.

²⁵ “Toda plantagem precisava de gado bovino e cavalejar como meio de transporte, força motriz e fonte de alimento”, e, conforme a cana e o café foram fornecendo maior margem de lucro, as fazendas do quadrilátero perderam suas áreas produtoras de gêneros, pois que mais vantajoso trazê-los de outras regiões (GORENDER, 1978, apud MESSIAS, 2003, p.40).

²⁶ Sobre as maneiras de se adquirir a propriedade, Maria Thereza Petrone aponta que “em áreas mais próximas, onde a cultura era mais antiga, predominavam as obtidas por compra, ao passo que nas mais remotas e mais recentemente abertas eram mais numerosas as obtidas por sesmaria ou posse” (PETRONE, 1968, p.57).

Esses dados apontam diretamente para uma grande massa de pequenos proprietários produzindo gêneros alimentícios, em uma área relativamente pequena.

Ainda são poucos os estudos detalhados sobre esses homens livres produzindo no bojo do quadrilátero açucareiro, mas a bibliografia aponta para um contingente considerável constituído por

lavradores (grandes médios e pequenos) que produziam para o consumo familiar ou para abastecer pequenos núcleos internos da capitania ou das maiores cidades fora dela (primeiro para o Rio de Janeiro, em segundo para Minas Gérias, seguidos por Salvador e Pernambuco). Estes constituíam o verdadeiro campesinato da época, possuindo os próprios meios de produção (MARCÍLIO, 2000, p.115).

Destaca-se o fato de existirem camponeses em meio ao quadrilátero produzindo inclusive para fora da capitania, muito embora em uma área tão diminuta quanto maior fosse a pressão canavieira. Ainda assim, a autora está correta ao utilizar o termo campesinato vinculado à ideia de propriedade dos meios de produção, inclusive da terra.

É a propriedade desses meios, entre outros fatores²⁷, que diferencia o camponês que realizou sua utopia de acesso à terra, do sitiante ou do agregado, esses últimos instalados em terras alheias. Na verdade, o sitiante e o agregado surgem como categoria social a partir da impossibilidade de o camponês realizar-se como tal, acabando por se inserir à margem, sobretudo por estar em uma ordem escravocrata que o coloca como prescindível.

Nesse sentido, concluindo a análise sobre o quadrilátero do açúcar, é possível dizer que, em seu bojo, existiu mas foi limitada a presença de um modo de produção camponês, pois a ele eram reservadas porções de terras reduzidas e, além disso, a

²⁷ Ariovaldo Umbelino de Oliveira explica que a natureza das relações de produção no campesinato inclui a força de trabalho familiar, a ajuda mútua, a parceria, a ausência de exploração do trabalho alheio, a presença esporádica de trabalho assalariado, a propriedade familiar da terra e dos instrumentos de trabalho (terra de trabalho, não terra de exploração – podendo ser proprietário, rendeiro ou posseiro) e a jornada de trabalho sem rigidez, ditas pelas estações e pelos produtos (OLIVEIRA,2007, p.41).

expansão canavieira o faria deslocar-se, ao longo do tempo, para terras mais distantes.

Por volta de 1850, a penetração do café nesta região tornou-se intensa, levando a rubiácea à liderança na pauta de exportações pelo porto de Santos. Esse fato levou Petrone (1968) a apontar este momento como o de declínio da produção açucareira, mas novos estudos, como o de Melo (2006), apontam que o ano de 1850 não marca a estagnação, mas, pelo contrário, o auge da produção desse artigo. A tese do autor se apoia no fato de que, em 1854, 8 dos 13 municípios do oeste paulista ainda estavam produzindo mais açúcar que café, sendo que a concentração cafeeira estava ainda localizada nos municípios de Campinas e Piracicaba. Neste ano, Itu, Capivari e Porto Feliz eram ainda eminentes produtores de cana.

Em resposta à aparente contradição entre a diminuição das exportações de açúcar e a permanência dos engenhos no oeste, o autor afirma que esta produção se voltou, em grande parte, para o mercado interno, o que se comprova pelo fato de que *“do montante de 866.140@ de açúcar produzidas, em 1854, apenas 184.049 (21,25%) foram exportadas”* (MELO, 2006, p.78).

Dessa forma, encontra-se aqui outro tipo de produção para o mercado interno, baseada na manufatura escravista e nas grandes unidades produtoras. Isso significa dizer que o que se vê no mapa de 1854, referente à produção de cana, não é necessariamente para exportação, mas, em grande parte, para comercialização com os municípios da própria província, um tipo de circuito interno escravista que não teria muita duração.

Em que pesem as considerações de Melo (2006), a comparação dos tempos mapeados (ver Mapas 1 e 2) revela, sem dúvida, a força do avanço do café sobre o quadrilátero do açúcar, movimento que não tardaria a tornar hegemônica a rubiácea nessa região, tão logo a próxima década chegasse.

O aspecto que mais importa a este trabalho, nessa passagem do açúcar para o café, transcende a natureza do artigo produzido, uma vez que ambos os produtos tinham como mão-de-obra predominante os escravos. Acontece que as transformações nas relações de produção mais importantes da década 1850 seriam decorrentes da proibição do tráfico negreiro, por meio da promulgação da Lei Eusébio de Queiróz (1850), e a conseqüente crise do sistema escravista como um

todo. O aspecto fundamental desse processo para o objeto central deste trabalho, o mercado interno, é o fato de que aqueles homens pobres e livres, que até então eram prescindíveis, vão passar, paulatinamente, a ser mão-de-obra disponível para as lavouras à medida que os escravos passavam a ser, paulatinamente²⁸, um item extremamente dispendioso²⁹.

No entanto, o modo de vida que haviam desenvolvido, na condição de dispensáveis no interior da ordem escravocrata (seja o camponês, o sitiante ou o agregado) não os fazia submeter-se facilmente ao grau de exploração do trabalho ao qual haviam visto os cativos se submeterem. Enquanto houvesse terras disponíveis onde pudessem realizar a produção e o autoconsumo, eventualmente vendendo o excedente, optariam certamente por ocupá-las. Deve-se deixar claro que não se submeter ao trabalho nas condições postas não significa negar o trabalho em si. Abordam-se adiante as diversas formas de participação desses homens como prestadores de serviços e, a despeito disso, os discursos ideológicos que os definiam como “vadios”. O fato é que dos limites de (super)exploração do trabalho surge a estratégia encontrada pelos grandes fazendeiros e pelo Estado para contornar a situação: dificultar o acesso à terra por parte desses homens pobres, transformando-a em mercadoria.

A promulgação da Lei de Terras, em 1854, estabelecendo a compra como única forma legal de acesso à terra, cumpriria tal função de privar os homens pobres de acessar o principal meio de produção da época³⁰. A nova fórmula estava posta: enquanto a primeira lei, a Eusébio de Queiróz, tornava o trabalhador nacional

²⁸ Santos (1980) apresenta uma importante tabela referente ao número de escravos das diferentes regiões da província entre 1854 e 1886, onde se percebe “movimento de transferência de escravos das regiões mais velhas para áreas em expansão” (Santos, 1980, p. 19). Sobre a permanência da escravidão e o tráfico interno inter e intraprovincial entre 1850 e 1888, ver Motta (2009), onde se reconhece o município de Casa Branca como uma importante porta de entrada de escravos para as novas frentes do café em expansão.

²⁹ Em 1852, um escravo custava 450\$000, em 1857 1:200\$000 e, em 1860, custava 1:500\$000 (EISENBERG, 1977, apud MESSIAS, 2003, p.91). Esse aumento exponencial se deve à diminuição da oferta de cativos novos africanos e ao tráfico inter e intraprovincial que se começou a praticar mais intensamente no Brasil.

³⁰ “Art. 1º - Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra; Art. 2º - Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actospossessorios entre heréos confinantes” (Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850) disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm (acesso em 24/1/2016).

importante mão-de-obra disponível, a segunda, a Lei de Terras, forçava-o a submeter-se ao trabalho compulsório nas lavouras (MARTINS, 1986).

Ainda assim, o conhecimento secular do território e as habilidades de assentamento por parte dos homens pobres livres lhes possibilitaram a mobilidade pelas fronteiras, agora com maior alcance, já que deveriam se colocar à distância dos efeitos da Lei de Terras, nas denominadas frentes de expansão³¹, desintegradas e desarticuladas da economia interna e externa.

Por outro lado, parte dessa massa incorporou-se mesmo aos trabalhos na lavoura, principalmente pelo regime de parceria, de empreitada ou através da condição de sitiantes e agregados. Moura (1998) resume algumas das possibilidades de esse homem pobre livre se inserir no mercado de trabalho em Campinas, no período da nova ordem em questão:

articular-se às oportunidades de trabalho oferecidas pela desarticulação desse sistema [escravista] era estar disposto a reinventar a cada momento a sobrevivência, alugando a tiguera para tropeiros, em determinados períodos agrícolas, arranchando-se com algum proprietário menos ou mais remediado, tendo criações e plantações próprias, negociando o produto do próprio trabalho, exercendo inúmeros ofícios e serviços na cidade e ajustando-se às diversas tarefas oferecidas pelas inúmeras propriedades da localidade (MOURA, 1998, p.278).

Esse processo de inclusão/exclusão do trabalhador nacional não se limita aos maiores centros produtores de café. Segundo Warren Dean (1977), os limites espaciais da cultura cafeeira estavam postos pela precariedade das estradas, na era pré-ferroviária, estendendo-se no máximo ao município de Rio Claro, onde o autor também observou a mesma lógica:

o sistema de grandes lavouras em Rio Claro teve origem com a usurpação da terra e a eliminação ou marginalização dos lavradores existentes, por um grupo de pessoas que tinham acumulado capital nos negócios de exportação agrícola à época da colônia. [...] Suas fazendas eram menos interessantes para a população rural sem terras do que a alternativa de apossar-se de

³¹ “Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora” (MARTINS, 2009, p.138).

terras ainda não ocupadas, pois as fazendas não eram mais produtivas do que a agricultura primitiva que praticavam e, portanto não podiam oferecer retribuição que compensasse o aluguel ou outra modalidade de taxaço do trabalho que os donos procurariam impor (DEAN, 1977, p.183).

A partir da década de 1870, no entanto, começam os fazendeiros a se organizar fortemente contra o modo de vida caipira. O tempo de vida dos homens livres, construído num universo precedente, regido pela natureza e por momentos de não trabalho (mas nem por isso menos eficaz) foi ideologicamente traduzido pelos fazendeiros de café como ócio e vadiagem, no intuito de promover o incentivo à importação de imigrantes, cuja exploração poderia ser mais intensa (MOURA, 1998).

Isso se manifestou com as seguidas tentativas de incentivo à imigração que foram tomando força na década de 1870-80³², valendo lembrar que, desde 1854, a Lei de Terras já previa, em seus artigos 18º e 19º³³, o emprego do dinheiro oriundo da venda das terras no financiamento da imigração. Finalmente, no ano de 1886, com a criação da Sociedade Promotora de Imigração, a entrada de imigrantes em São Paulo toma proporções massivas sem precedentes³⁴.

A partir desse momento, são generalizados pela Província os contratos de colonato, cuja característica mais apontada pela bibliografia é a permissão do plantio de gêneros alimentícios para subsistência, nas linhas entre os cafeeiros³⁵, enquanto o arbusto fosse incipiente. Em contrapartida, o colono deveria construir e manter em ordem toda a infraestrutura da fazenda, e, ao fim do processo, o fazendeiro tinha sua fazenda tratada, a um custo quase nulo.

Diversas foram as formas de contrato dos imigrantes nas fazendas de café, e não cabe ao escopo deste trabalho listá-las, interessa apenas perceber que se

³² Para maiores detalhes dessa passagem, ver Dean (1977, p.151-52).

³³ “Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.

Aos colonos assim importados são applicaveis as disposições do artigo antecedente.

Art. 19. O producto dos direitos de Chancellaria e da venda das terras, de que tratam os arts. 11 e 14 será exclusivamente applicado: 1º, á ulterior medição das terras devolutas e 2º, a importação de colonos livres, conforme o artigo precedente” (Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850) disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm (acesso em 24/1/2016).

³⁴ Segundo Camargo (1891, p.28), de 1827 a 1886 entraram 53.517 imigrantes na Província de São Paulo, e apenas entre 1887 e 1900, este número passou para 909.969.

³⁵ Cafeeiro é o nome dado à árvore arbustiva do café.

tornou comum a incorporação da produção de gêneros alimentícios nos cafezais, fato que servia para extrair dos custos do fazendeiro a cesta de consumo do trabalhador, o qual passaria a produzir o próprio alimento como parte do pagamento por seu trabalho. Ainda que isso lhe permitisse vender certo excedente, a ascensão social era, no espaço/tempo analisados, tremendamente difícil.

Até mesmo para Wilson Cano (1981), que argumenta ter existido um verdadeiro *complexo cafeeiro*, desenvolvido a partir de 1886 em torno do café, produto nuclear, a importância econômica da produção de alimentos era diminuta se comparada aos outros elementos dessa economia. Destacavam-se no *complexo cafeeiro*, a incipiente atividade industrial (equipamento de beneficiamento de café, sacarias e embalagens e têxtil), a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário, o sistema bancário, o comércio de exportação e importação, as atividades de criação de infraestruturas, como portos e armazéns e as diversas atividades do Estado, sendo que o mercado de gêneros alimentícios era limitado, até a virada do século³⁶, pelas condições impostas pelo regime de colonato (CANO, 1981, p.60-61).

É esse *complexo cafeeiro* que vai atingir a formação social do Nordeste Paulista, a partir da década de 1880, mas encontrando aí uma importante especificidade: uma formação social e uma economia estruturada, uma elite formada principalmente em torno do mercado do boi e um sistema fundiário de dimensões relativamente menores que dava maiores oportunidades à reprodução do pequeno produtor.

1.3 Pecuária

Localizados nas bordas nordeste (Casa Branca, Batatais e Franca), centro-norte (Araraquara) e sul (Itapetininga e Itapeva) da agroexportação, os municípios essencialmente pecuários formavam uma espécie de arco ao redor das zonas canavieiras e cafeeiras.

³⁶ “Essa modalidade agrícola [fora da propriedade cafeeira] cresceu mais dinamicamente após 1900, período em que a expansão da cidade de São Paulo e de alguns outros núcleos urbanos paulistas se torna evidente” (CANO, 1981, 61).

Em 1854, o valor da produção de gado dos municípios desse arco, da ordem de 300.000\$000, é aproximadamente 10 vezes menor que o valor obtido pela produção cafeeira do “velho oeste” (Piracicaba, Campinas e Limeira). Para a província toda, os valores do café superam em 20 vezes os obtidos com o gado, mas nem sempre essa proporção foi tão extremada, uma vez que em 1836, só o valor produzido pela suinocultura chegava à metade do que se produzia com o café.

No que se refere à composição social, os municípios do arco pecuarista mantêm-se em ambas as datas com o menor percentual de cativos na população, muito embora tenha aumentado significativamente essa porção nesses 18 anos, de 7% para 25%. Ainda assim, considerando-se os dados disponíveis referentes ao ano de 1854, nos municípios de Casa Branca, Araraquara, Batatais e Franca, o contingente populacional era de mais de 30 mil pessoas, das quais 75% eram livres. Os municípios do sul da província, Itapeva e Itapetininga, por sua vez, somavam 37 mil habitantes, dos quais 87% eram homens livres.

Para efeito de comparação com as regiões agroexportadoras, em 1854, os municípios produtores de café do “oeste pioneiro” (Piracicaba, Limeira e Campinas) contavam 25 mil habitantes, dos quais 56% eram homens livres. Os municípios ainda produtores de açúcar (Itu, Porto Feliz, Capivari e Tietê) somavam 22 mil habitantes, dos quais 52% eram homens livres. Já no Vale do Paraíba, os municípios de Areias, Queluz, Bananal, Lorena, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São José, Jacareí, Paraibuna e Mogi das Cruzes apresentavam 91 mil habitantes, dos quais 66% eram homens livres.

Para se ter uma ideia do panorama geral, constata-se também a partir dos dados coletados para 1854, que o arco pecuário contempla 39% dos homens livres da província. Outra informação importante se refere à média de 9 escravos por fazenda de gado, muito inferior às fazendas canavieira e cafeeira, com médias de 22 e 27 respectivamente. Ainda que diminuta, essa presença será explicada mais adiante. Primeiramente, vale compreender a região com formação social de menores proporções de escravos da província, os caminhos do sul, a fim de se descobrirem semelhanças ou diferenças nas características do mercado interno desta porção meridional quando comparada às demais regiões paulistas.

1.3.1 Caminhos do sul

No início do séc. XVIII, a procura em lugares cada vez mais longínquos por escravos indígenas que pudessem ser utilizados no trabalho de escoamento do ouro e dos gêneros alimentícios pelos mercados do centro-sul levou os bandeirantes paulistas até as missões do sul, onde encontraram índios domesticados pelos jesuítas. Estes últimos foram os únicos colonizadores da região no século XVII e tinham como principais atividades econômicas a criação de gado, a comercialização de lã e couro e a venda de mulas e burros nas cidades (STRAFORINI, 2001, p.23).

Nas primeiras décadas de exploração aurífera, o meio de transporte para o escoamento do ouro ainda eram os escravos, o que passou a se tornar impraticável devido ao grande número de cativos exigidos para a função a partir de 1730, com o aumento das atividades mineradoras. O gado muar encontrado nos campos do sul, ignorado durante anos pelos bandeirantes, passou paulatinamente a ser a solução para o problema e a se implantar como um sistema (STRAFORINI, 2001).

A partir daí se deu a conexão de todo um sistema de transporte sobre mulas, já desenvolvido nas proximidades do sul da colônia (mais precisamente em Correntes e Santa Fé, Argentina), com as Minas Gerais e seu novo mercado consumidor em expansão. Iniciavam-se os primeiros e longos ciclos das mulas entre o extremo sul e o Brasil Central (STRAFORINI, 2001).

A localização de São Paulo, entreposto desse circuito, permitia-lhe que se beneficiasse economicamente de tal corrente. Precisamente nesse fato se encontram os motivos pelos quais a região da capital se desenvolveu como um centro comercial regional, destinado a redistribuir os mueres para grande parte da colônia: Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo e especialmente as Minas Gerais, como aponta Zemella (1951). A compra e a revenda de animais ou de gêneros advindos do sul e a cobrança de impostos pela passagem das mercadorias nas barreiras foram um dos maiores motivos que levaram ao enriquecimento da capitania, destacando-se nesse circuito a Vila de Sorocaba e a própria capital.

Notem-se, neste momento, as possibilidades de enriquecimento surgidas em meio a esses circuitos do mercado interno, as quais não se limitavam aos agentes de entreposto, mas permeavam o interior da estrutura social tropeirista. A palavra

tropeiro, segundo Straforini (2001), é ingênua, pois sugere que todos os indivíduos envolvidos tivessem a mesma função; pelo contrário, o dono da tropa era quem levava boa parte dos lucros, ao mesmo tempo em que havia uma massa proletária de peões (mal) assalariados e diversas outras categorias sociais participando dessa economia. Conforme o autor:

o negócio de muares proporcionava, de certa forma, um mercado mais aberto, caracterizado pelo acesso relativamente mais fácil dos donos de rebanhos e comerciantes ao recurso. Havia um número muito grande de pequenos proprietários de rebanhos e poucos proprietários com rebanhos grandes [...] não existia o domínio individual encontrado em outras partes do Brasil. A proporção da população escrava era bem diferente da de outras vilas de São Paulo, a lógica da atividade tropeira e de uma sociedade agrícola baseada na pequena propriedade rural de abastecimento exigia número menor de escravos [...] O comércio e a feira de muares permitiram que, em Sorocaba, se desenvolvessem diversas atividades econômicas secundárias, proporcionando uma melhor inserção do homem livre [...] (STRAFORINI, 2001, p.90).

Além dessa divisão do trabalho interna à atividade tropeirista propriamente dita, existia uma divisão regional do trabalho estruturando todo o sistema, pela qual cabia aos gaúchos a criação, aos paranaenses o aluguel de campos para invernadas, onde a mula era domesticada e deixava de ser xucra, e cabia aos paulistas, como visto, a comercialização nas feiras de Sorocaba, a partir das quais o animal se distribuía por toda a economia mercantil colonial (KLEIN, 1989, *apud* STRAFORINI, 2001).

Como avaliação dessa breve abordagem do comércio interno tropeirista, verifica-se que ele é mais vinculado ao homem livre, (mal) assalariado e contempla circuitos extremamente longos. Tratava-se o tropeirismo, além de um circuito mercantil, do principal meio de transporte da colônia até a chegada das ferrovias, o que revela seu potencial de vinculação entre diferentes circuitos do mercado interno e entres esses e o mercado externo.

1.3.2 Nordeste Paulista

Assim como os caminhos do sul eram responsáveis principalmente pelo comércio de muares, com seus tropeiros, criadores e invernistas, percebe-se certa “geografia espelhada” para o norte, cuja mercadoria principal era o boi e os agentes principais, os boiadeiros, os criadores e os invernistas. Os dois circuitos guardam similaridades significativas, expressas pelos dados analisados anteriormente, e é a partir dessa reflexão que se pode tratá-los como uma unidade, denominada aqui, na falta de um termo melhor, de “arco pecuarista”. Tal unidade não exclui, obviamente, diferenças internas, como veremos na caracterização a seguir.

Em 1854, foram registrados pouco mais de 6 mil escravos entre os 23 mil habitantes dos municípios de Casa Branca, Batatais e Franca, sendo este último o município de maior concentração de cativos de todo o arco pecuarista, representando 1/3 de sua população. A análise da estrutura de posse de escravos deste município nos permite compreender melhor essa presença.

Cunha (2009, p. 123) aponta que, dos 505 senhores de escravos arrolados em sua pesquisa, no período entre 1851 e 1888, 65% tinham menos de 5 escravos, o que era considerado um plantel diminuto se comparado a qualquer região exportadora da época. Ainda assim, é possível observar na tabela que, em números absolutos, cerca de 23% dos escravos estavam nas mãos de grandes proprietários com plantéis maiores que 21 escravos (ver Tabela 3). Estes senhores eram, segundo a autora, integrantes das famílias Garcia Lopes, Barcellos Ferreira e Junqueira, estudadas com mais detalhes mais adiante.

Da mesma forma, em Batatais, Garavazo (2006) aponta existir uma estrutura majoritariamente de pequenas posses, ainda que com grande concentração de cativos nas mãos dos mais poderosos fazendeiros (ver Tabela 4).

Na realidade, essa predominância de baixos plantéis era, similarmente e não por acaso, comum nas Minas Gerais. Essa correspondência na estrutura de posses se explica pelo fato da ocupação do Nordeste Paulista ter origem no movimento de expansão das práticas rurais e das relações de produção estabelecidas no sul daquela província.

Tabela 3 – Distribuição dos escravos e inventários segundo o tamanho da posse. Franca, 1851 – 1888

Tamanho da posse	Escravos	%	Inventariados	%
1-5	821	25,8	332	65,7
6-10	632	19,8	81	16,0
11-20	1006	31,6	70	13,9
21-40	548	17,2	19	3,8
41 e +	181	5,7	3	0,6
Total	3188	100	505	100,0

Fonte: Cunha (2009)

Tabela 4 – Estrutura de posse de cativos e ingênuos segundo faixa de tamanho dos plantéis e período: Batatais (1851 – 1887)

Período		FTP*					Total
		1	2 a 4	5 a 9	10 a 19	20 ou mais	
1851-59	Plantéis (%)	16,7	36,7	30,0	6,6	10,0	100,0
	Escravos (%)	2,5	14,8	31,3	15,8	35,6	100,0
1861-69	Plantéis (%)	31,7	39,0	22,0	6,1	1,2	100,0
	Escravos (%)	8,0	27,8	33,9	22,3	8,0	100,0
1871-79	Plantéis (%)	26,4	36,8	20,7	10,3	5,8	100,0
	Escravos (%)	4,5	19,1	22,8	22,0	31,6	100,0
	Ingênuos (%)	-	28,6	42,9	28,5	-	100,0
1881-87	Plantéis (%)	35,7	35,7	14,3	3,6	10,7	100,0
	Escravos (%)	5,1	13,9	12,7	5,8	62,5	100,0
	Ingênuos (%)	5,2	4,4	8,9	0,7	80,8	100,0
1851-87 (Total)	Plantéis (%)	27,7	37,2	21,8	7,0	6,3	100,0
	Escravos (%)	4,9	18,5	24,7	16,6	35,3	100,0
	Ingênuos (%)	4,9	5,6	10,6	2,1	76,8	100,0

* Faixa de tamanho dos plantéis considerando apenas os escravos.

Fonte: Garavazo (2006)

Segundo Chiachiri (1967), os Ferreira Barcellos, os Nogueira, os Guimarães, os Falleiros, os Junqueira, os Gonçalves de Mello, entre outras famílias que povoaram Franca na primeira metade dos oitocentos, eram de fato originários de Baependi, São João del Rey, Vila de São José, de Congonhas do Campo, de Lavras do Funil e de outros termos e vilas mineiras. Se essa é mesmo a origem dos

povoadores, torna-se importante debruçar-se sobre o movimento expansivo dos mineiros a fim de caracterizar melhor as práticas econômicas e o grau de riqueza da formação social em questão.

Na realidade, esse foi um movimento de suma importância para o povoamento de todo o Brasil central, incluindo as Províncias de Goiás, Mato Grosso e grande parte do Oeste paulista. Sendo assim, é preciso compreender o povoamento do Nordeste Paulista como um momento específico desta expansão.

Sobre as razões do movimento, já é consenso para a historiografia que o esgotamento das jazidas de ouro nas Minas Gerais não acarretou a decadência econômica da capitania³⁷. Pelo contrário, meio século de atividades extrativistas foi capaz de articulá-la com diversas regiões da colônia e fazer surgir todo um envoltório rural que passou a se desenvolver ainda mais e a receber levas de povoamento quando se iniciou o movimento centrífugo da população dos núcleos mineradores exauridos. As atividades agropastoris e artesanais desenvolvidas na capitania, ainda que voltadas parte para subsistência e parte para o mercado interno, foram capazes de absorver grande contingente desprendido daquelas atividades mineratórias (LIBBY, 1988).

O processo em foco fez “deslocar geograficamente o centro gravitacional da economia mineira para a florescente comarca do Rio das Mortes”, no sul de Minas (LOURENÇO, 2010, p.107). A atratividade sulmineira se deve em grande parte à ascensão do Rio de Janeiro à condição de capital, após a transferência da corte, em 1808, já que a proximidade era ainda potencializada pelos antigos caminhos do ouro que ligavam as minas aos portos cariocas. Para a capital passaram, então, a ser drenados os produtos excedentes: boiadas, porcadadas, toicinho, couros e panos de algodão produzidos domesticamente.

No centro da comarca, em São João del Rey, na primeira metade dos oitocentos, desenvolveu-se um núcleo articulador do escoamento dessa vasta zona de abastecimento da corte (GRAÇA FILHO, 2002). A praça comercial sanjoanense era, segundo o autor, uma das zonas do comércio interno que mais concentrava escravos em suas unidades produtivas (ainda que em médias muito inferiores às áreas da agroexportação). Isso porque, como destaca Yeda Linhares no prefácio

³⁷ A coletânea de textos “As minas setecentistas” (RESENDE & VILLATA, 2007) expressa bem essa visão.

deste mesmo livro, trata-se de uma elite mercantil em formação, interessada na ampliação de suas fortunas, através do fortalecimento de suas posições de mando local, da usura e do controle do crédito, em meio a um mundo rural que se endividava e empobrecia.

Aqui vale um parêntese: no caso dessa centralidade sulmineira, constituiu-se sim uma elite em torno do comércio de gêneros alimentícios, o que significa que o que se constata sobre a dificuldade de desenvolvimento do mesmo setor em São Paulo não se aplica a Minas Gerais. Isso sugere que, mais que o produto em si, importa se um território está ou não sendo atraente para a agroexportação.

De volta à questão, percebe-se de fato grande semelhança na composição social da Comarca do Rio das Mortes com a dos municípios de Franca e Batatais e conclui-se que parte da capitalização e daquelas práticas criatórias e agrícolas também adentrou o Sertão do Rio Pardo bem como as relações de produção estabelecidas.

Ao chegar nesse sertão, no início dos oitocentos, os mineiros encontram duas condições geográficas importantíssimas: em primeiro lugar, instalam-se junto a uma das mais longas e antigas estradas coloniais, a Estrada dos Goiases ou do Anhanguera, que servira às expedições bandeirantes em busca do ouro goiano durante os séculos XVII e XVIII. Todavia, com a decadência das minas de Goiás o caminho caiu em desuso, a ponto de os mineiros encontrarem nesse vasto Sertão do Rio Pardo uma rarefeita população cabocla e mameluca³⁸. A segunda condição refere-se às terras ideais para pastagens que se estendiam mais ou menos até o Rio Pardo, sem vegetação densa e forradas pelo capim mimoso (catingueira ou gordura), natural da Serra da Canastra e do Médio Vale do São Francisco, e muito apropriada à criação de seus rebanhos (TOSI, 1998, p.51).

Essas duas condições, somadas ao relativo conhecimento no ramo mercantil rural e a posse de certo cabedal por parte dos mineiros³⁹ permitiu-lhes que fossem se tornando, paulatinamente, durante a primeira metade dos oitocentos, um dos maiores centros criatórios e invernistas do centro-sul.

³⁸ Saint-Hilaire notou que, em 1819, havia uma diferença entre “Os paulistas acabocladados, remanescentes dos pousos bandeirantes e os mineiros, recém-chegados da capitania mais urbanizada da colônia” (SAINT-HILAIRE, 1976, p.87).

³⁹ Mais adiante, aborda-se a existência de uma primeira leva de mineiros muito pobres, mas que não tardaram a ser sobrepostos por esta segunda leva de mineiros mais abastados.

O gado, mercadoria que se autotransportava, não tinha a capacidade de enfrentar grandes distâncias entre o interior do Brasil e a faixa litorânea, onde era consumido, sem realizar ao longo do caminho duas ou três paradas para descanso, recuperação e (re)engorda. Tal era a função das fazendas de internadas: podiam abrigar o gado por até 5 meses, um momento produtivo do circuito do boi pelo qual Franca fora um dos mais importantes responsáveis, encontrando aí sua especialização. Mas para compreender melhor esse papel, é preciso observar a divisão do trabalho no mercado do gado no Brasil central de um ponto de vista mais amplo.

Segundo Perinelli Neto (2009), havia uma clara divisão em seis regiões distintas: sul de Minas, Triângulo Mineiro, Goiás, Sul do Mato Grosso, Nordeste Paulista e Norte Paulista. Nas zonas de Goiás e sul do Mato Grosso, atuavam os primeiros boiadeiros, compradores diretos dos criadores, que vendiam as reses para as primeiras internadas no Triângulo Mineiro (quando o destino era a capital paulista) e no sul de Minas (quando iam para a capital do império). Franca seria responsável pela segunda internada das reses direcionadas a São Paulo, cabendo a seus habitantes, além da cria e recria do gado, a revenda no sentido inverso de produtos indispensáveis para as regiões criadoras, destacadamente o sal⁴⁰. Tratava-se da localidade onde se realizavam os maiores lucros da cadeia antes do mercado consumidor, na medida em que punham em contato o sertão e o litoral (PERINELLI NETO, 2009).

Os estudos de Lourenço (2007) para o Triângulo Mineiro ajudam a identificar, indiretamente, o peso da centralidade da região de Franca como portal de entrada para o mercado consumidor paulista. O autor aplicou o que chamou de Coeficiente de Centralidade para o município de Uberaba, provando sua capacidade de drenar, por volta de 1872, grande parte da produção triangulina. Ao observar esses mesmos índices no município de Franca, nota-se que teve capacidade ainda maior de capitanear seu *hinterland*, já que esses números são por ela superados (ver Tabela

⁴⁰ Essencial para a pecuária, o sal alcançou tal relevância que na parte mais próxima de Franca e Batatais, o Caminho dos Goyases passou a ser conhecido como “Estrada do Sal”. O produto vinha de Santos, via Campinas, passava pelo Nordeste Paulista e depois seguia para o sul de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

5)⁴¹. Mais do que isso, se aplicados os mesmos índices a todos os municípios do Nordeste e Norte Paulista, em 1872, reforça-se a ideia de sua primazia e comprova-se sua condição de centralidade.

Entretanto, tal relação deve ser ponderada pelo fato de a população em Franca ser de 18.021 e de Uberaba, 8.710, em 1872. Contudo, o que mais nos importa é reconhecer as possibilidades de desenvolvimento econômico abertas pelo mercado interno pecuarista e a importância de Franca em articulá-lo, o que possibilitaria a emergência de uma elite, ao que parece a única, do mercado interno de abastecimento paulista. Esse é o ponto crucial deste capítulo, qual seja, demonstrar que, diferentemente dos demais circuitos desse mercado, neste caso foram possíveis a acumulação de capitais e o desenvolvimento econômico, ainda que através de mecanismos de expropriação e exploração e pela formação de uma elite que guardava traços arcaicos em seus modos de se reproduzir no poder através da constituição de parentelas, como veremos adiante.

Tabela 5 – Indicadores de Coeficiente de Centralidade dos Municípios da Região Norte e Nordeste Paulista (1872)

Juristas		Médicos, farmacêuticos e cirurgiões		Professores e homens de letras		Comerciantes e guarda livros		Funcionários públicos	
Casa Branca	26	Franca	11	Franca	10	Franca	170	Caconde	24
Caconde	22	Rio Claro	11	Casa Branca	9	Jaboticabal	79	Franca	11
Franca	19	Caconde	10	Caconde	5	Caconde	72	Jaboticabal	10
S.J. Boa Vista	10	Batatais	7	Batatais	5	S.J. Boa Vista	72	Casa Branca	5
Araraquara	8	S.J. Boa Vista	5	Araraquara	5	Casa Branca	71	Araraquara	5
Descalvado	8	São Carlos	5	Mococa	5	São Simão	68	Batatais	4
São Simão	5	Casa Branca	4	Jaboticabal	4	Batatais	48	S.J. Boa Vista	2
São Carlos	4	Araraquara	3	S.J. Boa Vista	3	Araraquara	38	Mococa	2
Mococa	4	Cajuru	2	São Carlos	2	São Carlos	32	São Simão	2
Cajuru	4	Jaboticabal	1	São Simão	1	Cajuru	28	Descalvado	1
Jaboticabal	3	São Simão	1	Cajuru	1	Mococa	28	São Carlos	0
Batatais	2	Descalvado	1	Descalvado	0	Descalvado	23	Cajuru	0
Ribeirão Preto	0	Ribeirão Preto	0	Ribeirão Preto	0	Ribeirão Preto	14	Ribeirão Preto	0

Fonte: Recenseamento do Império 1876

A despeito disso, vale lembrar que as médias de escravos por unidade produtiva eram em muito inferiores às das zonas de exportação, o que não significa

⁴¹ Para Uberaba, Lourenço (2010, p135) apresentou os seguintes números: Juristas, 16; médicos, farmacêuticos e cirurgiões, 6; professores e homens de letras, 5; comerciantes e guarda livros, 85; e funcionários públicos, 18. Segundo o autor, são estas atividades que melhor indicam a função de centralidade de certo município na medida em que são atividades de influência extramunicipal.

tratar-se de leitura “romântica” de sociedade em questão, mas sim perceber uma formação social que não está condicionada pela ordem escravocrata nem pela lógica da agroexportação (ainda) e tampouco pelo regime de colonato e que, portanto, não tende a transformar a massa de homens pobres e livres em homens prescindíveis ou trabalhadores compulsórios.

Isso se revela pela relativa complexidade social gerada no bojo do universo pecuário, em que havia categorias sociais de homens imprescindíveis: os carreiros, que traziam os importados, como o sal, e levavam derivados (queijos, toucinhos, panos e couros), os boiadeiros, que lucravam com o deslocamento e a venda dos animais, os peões de boiadeiro, que os auxiliavam, e os prepostos, que tinham como tarefa cuidar dos animais das fazendas e cujo pagamento estava baseado na posse de um em cada 4 reses (PERINELLI NETO, 2009, p.45).

Na verdade, de um ponto de vista panorâmico, os tipos sociais supracitados são expressões de um universo sertanejo estruturado a despeito da orientação agroexportadora que tomou o país. Em outras palavras, por mais que se reconheça o peso desse mercado interno específico, ele não é resultado de nenhum incentivo Estatal e conseguiu existir com tal intensidade até que seu território fosse interessante à produção cafeeira, como será abordado adiante. Como é sabido, a cafeeicultura, pelo contrário, reproduziu-se forçosamente através das ações do Estado na direção de “socializar o prejuízo” (FURTADO, 2005, p.185). Tal expressão foi empregada pelo autor para se referir ao conjunto de medidas governamentais de proteção fiscal ao café, sistematicamente aplicadas durante a chamada política do café com leite.

De volta à formação de uma classe dominante no mercado interno pecuário, é preciso reconhecer que não se deu só em função de exercer aquele papel de centralidade, mas pela dominação dos meios de produção – as terras – e pelas relações de produção daí subsequentes.

Na realidade, já é consenso para a historiografia do Nordeste Paulista que a primeira leva de mineiros a povoar o Sertão do Rio Pardo, por volta de 1800, era composta de famílias com pouco ou nenhum cabedal e que as levas posteriores, uma vez que possuíam escravos, rebanhos de gado e algum

pecúlio, exerceram pressões sobre essas famílias, comprando seus bens ou mesmo destituindo-os (BRIOSCHI, 1999, p.70).

Isso já revela um interessante aspecto da expansão das fronteiras rurais mineiras, uma vez que os primeiros entrantes “continuaram suas diligências pelos sertões afora na busca interminável de novas paragens que pudessem ser desbravadas e apossadas” (CHIACHIRI, 1967, apud TOSI, 1998, p.27). Por outro lado, parte dos homens despossuídos passou a se agregar aos fazendeiros, à medida que se intensificavam as atividades econômicas descritas anteriormente, abrindo algumas oportunidades de trabalho e dando condições à formação das primeiras parentelas, que passaram a se expandir para além dos núcleos familiares, incluindo agregados, compadres camaradas etc.

Todos os membros de uma parentela estavam, de certa forma, submetidos a um determinado chefe-de-família que lhes permitia a posse de porções de terras que, fosse pela compra, pela concessão de sesmarias ou pela tomada violenta, estavam sobre seu domínio. Esse “propriedade” da terra lhe permitia a imposição de suas condições para aqueles que nelas quisessem se estabelecer. Segundo Tosi, formou-se na região uma lógica social em que “a capacidade de comando de um senhor sobre um contingente maior de pessoas era o que conferia poder” (TOSI, 1998, p.27), e, como consequência, as propriedades passaram a se espalhar sobre o território como continuidade geográfica de certo tronco familiar e seus domínios de parentados.

Aprofundando o estudo sobre a formação de parentelas, GODOY (2009) argumenta que o sobrenome comum a um certo grupo não elimina relações hierárquicas internas, sendo que “algumas famílias se constituíam hierarquicamente, compondo estratos superiores (barões, senhores) e inferiores (apadrinhados, compadrio)” (GODOY, 2009, p.8). A relação entre essas categorias sociais se estabeleceria da seguinte maneira:

Pela via social e econômica, o padrinho tem a obrigação de amparar seu afilhado. Este, por sua vez, deve render obediência absoluta tanto ao padrinho quanto à madrinha. Politicamente, não só o afilhado, mas também sua família e todos aqueles que estiverem sob influência dela têm a obrigação do irrestrito apoio ao padrinho quando necessário, especialmente nos momentos eleitorais. [...] O compadrio foi um importante expediente utilizado pelos estratos sociais superiores para reproduzir a dominação

política, ampliar o status social e controlar os currais eleitorais. Por outro lado, também foi uma forma de os estratos inferiores criarem vínculos estáveis de convivência com os estratos superiores, favorecendo o seu patrocínio e a sua proteção (GODOY, 2009, p.6).

Além do compadrio, outra forma muito eficaz de se reproduzir esse processo de apropriação de terras/espalhamento das parentelas, e que será muito útil no capítulo seguinte, é por meio das relações de endogamia de determinados grupos familiares. Estabelecendo relações matrimoniais controladas entre famílias pré-determinadas, as parentelas puderam manter as fortunas confinadas ao grupo.

Outra estratégia utilizada para a reprodução dos chefes-de-família no topo da elite local foi sua inserção nos cargos públicos políticos e militares. O papel da Guarda Nacional, criada na Regência, era conter os distúrbios urbanos, mas foi aos poucos sendo eliminado para que “a distribuição de patentes de oficiais correspondesse o melhor possível à hierarquia social e econômica” (CARVALHO, 2005, p.145).

É a partir do prolongamento dos sobrenomes ao longo do tempo, por meio das relações de compadrio ou de endogamia, que será possível analisar o comportamento dessa elite perante a chegada do café no próximo capítulo.

2. Nordeste Paulista: de centro a periferia

A questão que conduz este capítulo diz respeito às consequências da inserção dos municípios de Franca e Batatais no universo da agroexportação, buscando saber se a chegada do café foi capaz de desestruturar essa centralidade do mercado interno centro-sul, articuladora do *Brasil Central Pecuário* com a Província de São Paulo.

Essa busca será feita mediante o confronto das listas dos maiores fazendeiros que ocupavam a região antes e depois da chegada do café, a fim de saber se eles desviaram suas práticas econômicas para a cafeicultura. Como segundo objetivo, por meio da análise dos números da produção pecuária e cafeeira após a transição, pretende-se avaliar se houve ascensão ou declínio daquela condição de centralidade e do peso econômico desses municípios em relação à economia paulista.

Ainda não há consenso na bibliografia específica no que diz respeito às consequências da chegada do café sobre o mercado interno pré-estabelecido no Nordeste Paulista. As opiniões oscilam entre aqueles que veem a desestruturação da economia e da formação social anteriores, como Brioschi (1999) e Bacellar (1999), e aqueles que argumentam ter havido incremento no mercado interno pretérito, como por exemplo, Oliveira (2006). No entanto, as opiniões não são de todo antagônicas, uma vez que é possível desestruturar economicamente uma população e, com isso, incrementar a produtividade do abastecimento, por meio da generalização do regime de colonato e da interiorização da produção alimentar por parte das fazendas de café. Corroboram para essa ideia os argumentos presentes em (TOSI; FALEIROS; TEODORO, 2007) para cuja linha de pesquisa este capítulo oferece subsídios.

Para Brioschi (1999), a região de Franca foi ilustrativa de um processo que, por todo o Estado de São Paulo, nas últimas décadas do século XIX, foi desalojando os mineiros instalados desde o início dos oitocentos para dar lugar aos “paulistas”, num processo em que a “cultura do café foi tomando espaço à criação de gado e à cultura de subsistência” (BRIOSCHI, 1999, p.76). Segundo a autora, os mineiros mantiveram sua predominância numérica e sua hegemonia econômica e política na sociedade local, até quase o final do século XIX, época em que os paulistas e

fluminenses cafeicultores e os colonos estrangeiros, italianos, começaram a disputar espaço.

Por outro lado, Oliveira (2006) é enfático em afirmar que a chegada do café em Franca “não promoveu a erradicação das atividades tradicionais destinadas ao mercado interno e não gerou um domínio monocultor”, sendo o café “mais uma das atividades dessa economia diversificada” (OLIVEIRA, 2006, p.3). Para tal afirmação, o autor se utiliza da análise dos dados referentes a 1890, quando 30% da população masculina se dedicavam às atividades agrícolas e criatórias, número que só viria a aumentar nas décadas seguintes.

Mas se é possível afirmar, com esse autor, ter havido um incremento na população agropastoril, não é possível saber ao certo que *tipo social* compunha essa massa de homens rurais e nem sob quais regimes de trabalho estavam condicionados. Nesse sentido, não é possível afirmar terem permanecido as *características* da formação social e econômica pretéritas, estudadas no capítulo 1, que colocavam esse espaço como centralidade,

A partir das ideias apresentadas por Tosi, Faleiros e Teodoro (2007), é possível perceber que a chegada do café impôs uma grande reestruturação produtiva na região, incluindo o próprio incremento da população e da produção agrícola, mas agora sob novas relações de produção que atrofiaram as possibilidades de os produtores do mercado interno participarem ativamente da economia.

Ao observar o aumento da produção de gêneros escoados pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CMEF), na década de 1890, os autores afirmam que “certamente estes alimentos foram cultivados por colonos nos espaços intracafeeiros, revelando que o próprio crescimento das lavouras de café proporcionava o incremento da produção de outras culturas” (TOSI; FALEIROS; TEODORO, 2007, p.412). Além disso, como era comum nesse regime de trabalho, a produção entre cafeeiros ainda era submetida a circuitos mercantis pelos quais o fazendeiro e os agentes urbanos é que obtinham o maior lucro, não sendo, portanto, aquele produtor um partícipe ativo do mercado.

Em outro texto dessa linha de pesquisa (TOSI; FALEIROS, 2011), fica ainda mais claro o grau de exploração do trabalho e a apropriação da produção de

abastecimento por parte dos fazendeiros de café ao longo da Mogiana ao final dos oitocentos:

[...] parcela significativa destas produções de arroz, milho, feijão, mamonas e batatas foram concentradas pelos fazendeiros, pois estes, ao definirem os termos de contrato, estabeleciam cláusulas de preferência de venda invariavelmente abaixo dos preços do mercado e taxavam sobremaneira estas atividades, notadamente no transporte e beneficiamento, de modo que *a pulverizada produção dos colonos do café, ao final do ano agrícola, encontrava-se em substanciais quantidades nas mãos dos fazendeiros. Outro mecanismo bastante difundido e que agia no mesmo sentido eram as “Vendas” (estabelecimentos comerciais) localizadas nas fazendas e nas quais, mediante a entrega de parte da produção de alimentos, os colonos adquiriam os bens necessários para a sua vida* (TOSI; FALEIROS, 2011, p.427-8. Grifo nosso).

Desse modo, fica claro que, por mais que tenha havido aumento na produtividade do mercado de abastecimento na região, esse incremento era procedente de relações de trabalho bem diferentes das anteriores.

Mas como é possível afirmar ser essa produção de fato oriunda, em sua maior parte, dos trabalhadores incorporados pelas fazendas de café? Algumas pistas são dadas por Bacellar (1999) ao verificar o aumento do preço das terras de cultura alimentar em função da aproximação da frente cafeeira.

Segundo o autor, os indivíduos mais afetados com a chegada do café foram os “pequenos lavradores, herdeiros de duas gerações de uma economia pouco capitalizada no Sertão do Rio Pardo [a quem] a pressão econômica e política pela sua expulsão era quase sempre inevitável” (BACELLAR, 1999, p. 110)⁴². Os dados apresentados pelo autor revelam que o preço da terra aumentou cinco vezes no período de 1850 a 1889⁴³.

Isso sugere que aqueles que não tivessem condições de adquirir o principal meio de produção, a terra, estariam sujeitos ao regime de colonato, ou procurariam terras mais distantes dos altos valores fundiários das regiões cafeeicultoras, processo muito similar ao ocorrido nas zonas cafeeiras mais antigas da província. Por outro

⁴² Na época, Martinho Prado observou que inúmeros lavradores locais, pressionados pela ainda incipiente lavoura do café, já manifestavam interesse em vender suas terras a fim de se refugiar no sertão.

⁴³ Neste período, o preço médio dos campos de criar em Batatais, Ribeirão Preto e Orlândia subiu duas vezes, enquanto as terras de cultura valorizaram-se cinco vezes, passando de 3\$996 por hectare para 16\$932, chegando a 47\$272 em 1899.

lado, isso não significa que, na região em estudo, a cafeicultura teria as mesmas características encontradas nas demais regiões do Estado de São Paulo, fundamentadas no latifúndio. Naquela formação social pretérita do Sertão do Rio Pardo havia algo de específico que possibilitaria coexistirem com o latifúndio pequenas propriedades cafeicultoras.

A estrutura de posse de escravos da formação socioeconômica do Nordeste Paulista era caracterizada, como visto, por uma vasta quantidade de proprietários com plantéis pequenos de escravos, e foi pela venda destes cativos para os grandes fazendeiros que obtiveram algum capital para adentrarem o incipiente circuito do café (FALEIROS, 2002, p.30)⁴⁴. Nesse sentido, a própria inserção dos pequenos produtores na década de 1880 se deu por um processo que aumentou as diferenças sociais pela concentração do número de escravos na elite, descaracterizando aquela especificidade anterior. Assim, ainda que houvesse coexistência entre diversas dimensões fundiárias, foram os homens do topo da elite mercantil, que outrora comercializavam sal, alimentos e gado, que se tornaram os agentes responsáveis pela cafeicultura de maiores proporções (FALEIROS, 2002, p.6).

É precisamente sobre essa última afirmação, o desvio da elite rural pretérita em direção à cafeicultura, que se debruça o subcapítulo 2.1, buscando verificar se foram de fato os antigos fazendeiros do Nordeste Paulista que conduziram a implantação do café, desviando seus investimentos de um setor para o outro.

2.1 Metodologia para cruzamento de dados

A estratégia adotada para abordar a questão de quem operou a cafeicultura no Nordeste Paulista foi a de se identificar o emaranhado das parentelas, antes da chegada do café, e de se verificar se elas aparecem como os principais agentes da cafeicultura nas diversas fontes consultadas.

A razão para a escolha da parentela como categoria de análise se justifica por dois motivos: por um lado, ela é a unidade fundamental da organização da economia

⁴⁴ O autor nota que, nas décadas de transição, 65% dos cativos vendidos tiveram como destino compradores do próprio município de Franca (FALEIROS, 2002, p.30).

e do poder de certos grupos para se prenderem ao território. Por outro lado, essa categoria de análise é um modo prático de investigação das permanências ou rupturas de certos grupos no poder ao longo de uma série temporal, uma vez que seus herdeiros perduram no tempo e no espaço mais do que um simples indivíduo, carregando os sobrenomes que lhe puseram na condição de proprietários, o que para os efeitos da estratégia aqui adotada torna a busca muito mais eficaz.

Nesse sentido, cabe aqui introduzir uma questão técnica de suma importância, a distinção entre o *indivíduo*, com seu sobrenome composto geralmente pelos do pai e da mãe (Antonio Ferreira Rosa, por ex.), o *tronco*, que seriam todos os indivíduos com o mesmo sobrenome composto (Antonio, Boaventura e Martinho Ferreira Rosa, por ex.), a *família*, que seria um sobrenome isolado ou um dos componentes do tronco (Rosa, por ex.) e a *linhagem*, que seriam todos os ascendentes e descendentes desse determinado indivíduo.

Os troncos podem ser mais ou menos duradouros, havendo algumas combinações de sobrenomes que não atingem nem o segundo momento da série estudada, como os Antunes Cintra, por exemplo, e outras que advêm de períodos anteriores e se prolongam para além da economia cafeeira, como os Diniz Junqueira.

É preciso atentar também para a “geografia” da presença de alguns troncos na escala da província, a fim de saber por onde estavam enraizados. Neste aspecto, a busca por um tronco é muito mais eficaz que a procura por uma família. Os Ferreira, por exemplo, foram arrolados inúmeras vezes em diversos municípios da Província nas listas consultadas, sem uma geografia definida, o que significa que certamente não se trata mais da mesma parentela, podendo haver descendências completamente diferentes. O mesmo acontece com os Alves. Por outro lado, a procura pelo tronco dos Alves Ferreira na década de 1870 revela seu enraizamento justamente pela Estrada do Anhanguera e pelo antigo Picadão de Cuiabá, muito embora sua duração como tronco seja breve, toda vez que os Ferreira se cruzaram também com os Martins, os Rosa e os Souza, e foi assim que se perpetuam pela região.

Desta forma, admite-se que a parentela é um emaranhado de linhagens em um grupo controlado de famílias, sendo que um tronco é um “momento” da parentela,

em suas diversas ramificações permitidas. É possível, a partir desse “momento”, avançar ou retroceder as linhagens para se atingir o objetivo específico de descobrir a origem dos indivíduos que assumiriam a cafeicultura e o destino dos que ocupavam o Sertão do Rio Pardo anteriormente.

O momento específico que este capítulo foca é o período da transição gado/café, e as fontes escolhidas para revelar as atividades e os indivíduos presentes nessa passagem se referem aos anos de 1873, 1888, década de 1890 e 1901.

Sobre os anos de 1873 e 1888, foram consultados como fontes primárias o *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873* (LUNÉ; FONSECA, 1873), organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca e o *Almanach da Provincia de São Paulo, administrativo, comercial e industrial para 1888* (SECKLER, 1888), organizado por Jorge Seckler. O primeiro fornece uma lista com alguns dos principais fazendeiros e criadores de gado anteriores à chegada do café e da ferrovia na região⁴⁵ e o segundo aponta para os principais fazendeiros de café e de gado no ano de 1888, quando já havia sido implantada a ferrovia em ambos os municípios. Vale atentar que, com esse tipo de fonte de dados, devemos apenas tomar como conclusivas as ponderações a respeito dos fazendeiros que estão presentes na lista, pois a ausência de uma família em algum dos levantamentos pode não condizer à realidade⁴⁶.

Os almanaques trazem também informações sobre os cargos políticos e militares de alguns indivíduos, o que contribui para se perceber a extensão dos “tentáculos” das parentelas pelo Estado. O nome das fazendas, também presente em uma das listas, auxilia na descoberta da origem dos indivíduos arrolados quando confrontado com a bibliografia referente às fazendas da região.

Deve-se esclarecer também sobre as categorias de agricultores utilizadas pelos dois almanaques para arrolar indivíduos. Para o ano de 1873, há apenas um fazendeiro de café arrolado para Batatais, e essa categoria nem aparece para Franca, o que sugere a distância da “onda cafeeira” mantida até então. Nesse mesmo ano, para Batatais, aparece a categoria “criadores de gado”, e para Franca, infelizmente, aparece apenas a categoria genérica de “fazendeiros”. O importante é

⁴⁵ A ferrovia chega em 1878 a Batatais e em 1887 a Franca.

⁴⁶ Algumas ausências “gritantes”, no entanto, podem ser utilizadas como indícios.

perceber, contudo, quem são os principais fazendeiros e que não estão a praticar a cafeicultura. Já para o ano de 1888, a situação se inverte, aparecendo para Batatais a categoria genérica de “fazendeiros” e para Franca “criadores de gado”. No entanto, ambos os municípios contêm a categoria “fazendeiros de café”, o que é de extrema importância já que revela a chegada do produto e quais fazendeiros se dedicaram a ele.

Com referência à década de 1890, dispõe-se da lista com os dez maiores fazendeiros de café no município de Franca e suas respectivas safras e valores por elas auferidos, lista levantada por Falleiros (2002) em sua transcrição *dos inventários do 1º e 2º Ofício Cível* desse município. Tal lista revelou as famílias do topo da elite cafeeira no intervalo de uma década.

Para o ano de 1901, utiliza-se da lista dos 28 maiores produtores de café no município de Franca. Diferentemente da lista anterior, ela não aponta apenas para o topo da elite, mas inclui os grandes e médios produtores de café, apresentando um espaço amostral muito maior.

2.2 Transição: análise das parentelas entre 1873 e 1901

2.2.1 Principais fazendeiros em 1873

A partir dos dados levantados para o ano de 1873, foi possível avaliar quais famílias estavam instaladas na região antes da chegada do café (ver Tabelas 6 e 7). Foram pesquisadas as linhagens dos principais grupos familiares revelados, a fim de se verificar se realmente faziam parte dos “entrantes” mineiros que povoaram a região na primeira metade do século XIX.

Tabela 6 – Sobrenomes dos principais fazendeiros de Franca e Batatais em 1873

	Nº de vezes em que o sobrenome apareceu (combinado com outro ou não)	Assumpção	Branquinho	Cintra	Correa	Diniz	Duarte	Falleiros	Ferreira	Figueiredo	Freitas	Junqueira	Lima	Lopes	Martins	Moreira	Nogueiras	Pereira	Rosa	Silva	Souza	
Ferreira	xxxxxxxxxxxx														x				xxx			x
Alves	xxxxxxxxxxxx	x						x	xxx							xxx		xx				
Silva	xxxxxxxx					x																
Pereira	xxxxxxx												xxx									
Costa	xxxxxxx																					
Garcia	xxxxxxx						x			xxx				x								
Lima	xxxxxx																					
Souza	xxxxx												x									
Rosa	xxxxx																					
Figueiredo	xxxxx																					
Antunes	xxxx			xxxx																		
Cintra	xxxx																					
Freitas	xxxx																					
Rodrigues	xxxx															x		x			x	
Nascimento	xxxx																					
Falleiros	xxxx																					
Diniz	xxxx											xxx										
Junqueira	xxxx																					
Castro	xxx																					
Correa	xxx																					
Fernandes	xxx														x		x					
Franco	xxx																					
Martins	xxx								x													
Mello	xxx																					
Moreira	xxx																					
Nunes	xxx								xx													x
Reis	xx																					
Ribeiro	xx																					x
Silveiro	xx					x						x										
Silveira	xx																					
Andrade	xx																					
Borges	xx							x			x											
Branquinho	xx																					
Gomes	xx	x	x																			
Lopes	xx																					x

Legenda: Criadores de Gado em Batatais
Fazendeiros (não cafeicultores) em Franca

Fonte: Elaborada a partir de Luné e Fonseca (1873)

Tabela 7 – Criadores de Gado e Fazendeiros (não cafeicultores) presentes em 1873 em Franca e Batatais

Batatais: Criadores da Gado	Fazenda	Franca: Fazendeiros (cont.)	Fazenda
Anacleto Parreira Lima	Lambary	Domingos dos Reis Pinto	Santo Antônio
Antônio Alves Ferreira	São Pedro	Eugênio Ribeiro da Silva	Canoas
Antônio Alves Moreira	São Pedro	Francisco Antonio da Costa	Monte Bello
Antônio Bernardino Franco	Espírito Santo	Francisco de Paula Coelho	Pouso Alto
Antônio Fernandes Martins	Paciência	Francisco de Paula e Silva caymema?	Cachoeira
Antônio Fernandes Nogueira	São Pedro	Francisco de Paula Queiroz	Buritys
Antonio Garcia de Figueiredo	Fortaleza	Francisco de Souza Lima	Barra Preta
Antônio José Ferreira de Andrade	Prata	Francisco Monteiro de Araujo	Mata
Antônio Luiz Salgueiro	Proença	Francisco Pires de Moraes	Mata
Boaventura Ferreira da Rosa	Prata	Ignácio Borges de Freitas	Canoas
D. Margarida Alves Moreira	São Pedro	João Antônio de Mello	Mata
D. Maria de Macedo	Pouso Alegre	João Villela dos Reis	S. Francisco
D. Possidônia Martins Ferreira	Água Quente	Joaquim Alves Falleiros	Turvo
Domingos José Fernandes	Batataes	Joaquim Antunes Cintra	Canoas
Francisco Alves Moreira	São Pedro	Joaquim Belarmino de Freitas	Cachoeira
Francisco Antônio Mafra	Cuscuzeiro	Joaquim Caetano Ferreira de Souza	Bom Jardim
Francisco Antônio Pereira Lima	São José	Joaquim de Paula Marques	Engenho de Serra
Francisco Marcolino Diniz Junqueira	Invernada	Joaquim Diogo Garcia Lopes	Crystaes
Gabriel Diniz Junqueira	Santo Inácio	Joaquim do Couto Rosa	Mata
Inácio Antônio Franco	Cajurú	Joaquim Garcia Lopes da Silva	Esmeril
Inocência Alves Pereira	Cachoeira	Joaquim Gonçalves Vallim	Crystaes
Isaac Pereira Lima	Barra	Joaquim Goulart de Andrade	Santa Bárbara
João Baptista Franco	Bom Jardim	Joaquim José Garcia	Pitangueiras
João Carlos de Arantes	São Pedro	Joaquim Justino Alves Ferreira	Pouso Alto
João Flausino Osório de Souza	Santa Bárbara	Joaquim Nunes Ferreira	Cachoeira
João Garcia de Figueiredo	São João	Joaquim Severo da Costa	Palmital
João Luis Corrêa de Toledo	São Pedro	Joaquim Theodoro de Almeida	Buritys
João Manoel de Carvalho	Sant'Anna	José Agostinho de Freitas	Canoas
Joaquim Antônio Pereira Lima	São José	José Alves Falleiros	Bom Jardim
Joaquim Ferreira da Rosa & Filhos	Jacutinga	José Alves Ferreira	Serra
Joaquim Garcia de Figueiredo	Jabrandy	José Antonio de Mello	Mata
Joaquim Silvério Corrêa	Prata	José Bernardes da Costa Junqueira	Bebedor
José Andrade Diniz Junqueira	São José	José Bernardes Pinto	Mata
José Antônio de Souza	Santa Bárbara	José de Mendonça Ribeiro	Borda da Mata
José Ferreira da Rosa	Maletas	José de Paula Silveira	Japão
José Joaquim de Castro	Floresta	José Eduardo de Figueiredo	Santa Bárbara
Luis Antônio Franco	Santo Inácio	José Francisco da Costa	Pouso Alto
Manoel Antônio Pereira	Soledade	José Garcia Duarte	Bebedor
Manoel Bernardes Corrêa	Jacutinga	José Joaquim da Costa	Buritys
Maria Joaquina Alves Pereira	Batataes	José Joaquim do Nascimento	Macaubas
Pedro José de Castro	Floresta	José Joaquim Gomes Branquinho	Monte Alto
Sebastião José Garcia e Filhos	Cachoeira	José Nunes Ferreira	Crystaes
		José Ponciano de Figueiredo	Campo Alegre
		José Porfírio Branquinho	Chapadão
Franca: Fazendeiros em 1873	Fazenda		
Antonio Borges Falleiros	Boa Vista	Lucas Antunes Cintra	Canoas
Albino Nunes da Silva	Serra	Manoel Antonio da Costa	Santo Antonio
Anselmo da Silva Diniz	Pitangueiras	Manoel Antonio Monteiro	Mata
Antonio Barbosa Lima	Salgadinho	Manoel Claudiano Ferreira Martins	Cachoeira
Antonio Carlos de Vilhenna	Salgado	Manoel de Paula e Silva	Borda da Mata
Antonio Flávio de Castro	Olhos d'água	Manoel José de Oliveira	Bom Jardim
Antonio Ignácio de Faria	Chapadão	Manoel Rodrigues da Silva	S. Luiz
Antonio Jacob Ferreira	Cachoeira	Marcelliano Rodrigues Moreira	Candeias
Antonio Silvério de Freitas	Canoas	Martiniano Francisco da Costa	Valinhos
Cherubim Antunes Cintra	S. Jeronymo	Miguel Antonio de Mello	Mata
Cristino de Paula e Silva	Borda da Mata	Prudencio Rodrigues Pires	Bom Jardim
D. Anna Luiza Alves	Chapadão	Severiano Rodrigues Pereira	Bom Retiro
D. Francisca Alves de Assumpção	Bom Jardim	Thomaz José da Motta	Capão Alto
D. Joanna Falleiros	Bom Jardim	Tristão Alves Taveira	Canoas
D. Joaquina Alves Ferreira	Macaubas	Urias Antonio do Nascimento	Cutia
D. Joaquina Angélica da Silveira	Borda da Mata	Venancio José do Nascimento	Mata
D. Josepha Gomes de Assumpção	Pouso Alto	Veríssimo Antunes Cintra	Palestina
D. Maria do Carmo de Jesus	Água Quente	Zeferino José do Nascimento	Macaúbas

Fonte: Elaborada a partir de Luné e Fonseca (1873)

No topo da tabela, a presença dos Ferreira e dos Alves se destaca, indicando a forte presença dessas famílias operando a economia do gado. É possível perceber que ambas se cruzaram intensamente, resultando no tronco familiar dos Alves Ferreira, um dos troncos com maior número de indivíduos da lista. O poder exercido por esses indivíduos pode ser verificado também pela presença de um Ferreira como presidente da Câmara Municipal de Franca (cargo local mais importante), em 1873, dois como vereadores e diversos eleitores com esse sobrenome. Os Alves também ocupam cargos públicos no município, sendo um vereador, um juiz de paz e dois eleitores. Em Batatais, no mesmo ano, há diversos eleitores com esses sobrenomes. Percebe-se também, que outras famílias adentraram o grupo, misturando-se com os Ferreira e com os Alves, como Rosa, Martins, Souza, Falleiros, Moreira e Pereira.

A localização dos indivíduos do tronco dos Alves Ferreira pela província estava, segundo o almanaque de 1873, geograficamente muito bem definida, marcada pelos municípios de Santos, Campinas, Jundiaí, Casa Branca, São Simão, Descalvado e Franca, justamente ao longo das estradas que levavam ao *Brasil Central Pecuário* (Estrada dos Goiases e Picadão do Cuiabá), um forte indício de que estavam operando ao longo de todo o circuito do boi.

As raízes dos Alves Ferreira são mesmo anteriores à chegada do café e vinculadas ao mercado pecuário, pois sabemos que Maria Joaquina Alves Ferreira instalou-se na fazenda Macahubas no início dos oitocentos, a mesma indicada pela lista, e casou-se com Joaquim Alves Ferreira (VASCONCELOS, 2015, p.594). O pai dos indivíduos arrolados na lista, Germano Alves Moreira, era mineiro e casou-se em Aiuruoca (MG), estabelecendo-se no início dos oitocentos na Fazenda São Pedro, cujas terras, em 1856, foram distribuídas entre os filhos (BRIOSCHI, 1991).

O tronco familiar dos Ferreira da Rosa também se destacava na região como pecuarista, e uma busca na escala da província revelou que está restrito aos municípios de Batatais e Serra Negra. Sabe-se que José, Boaventura e Joaquim Ferreira da Rosa, os indivíduos arrolados, eram filhos de Antonio Ferreira da Rosa, o primeiro presidente da Câmara de Batatais, por volta de 1828.

Outro tronco familiar de destaque na região, mais precisamente como criador de gado em Batatais, era o dos Pereira Lima. Sabe-se que Issac e Joaquim,

arrolados, eram filhos do Tenente Coronel Manuel Antonio Pereira Lima, natural de São João del Rey e dono de grandes fazendas no Sertão do Rio Pardo, como a Soledade, Santa Bárbara, Ressaca e Aguapé (BRIOSCHI, 1991, p.94). Metade desse espólio foi dividida pelos filhos presentes na lista. Na escala da província, esse tronco, apesar de concentrado em Batatais, aparece também em Areais, Lençóis, Mogi Mirim e Botucatu, o que corrobora o entendimento de sua relação com o sul de Minas Gerais.

Os Garcia de Figueiredo também sobressaem como importante tronco pecuarista na região. Os três indivíduos arrolados são do mesmo tronco que o Capitão Diogo Garcia da Cruz, nascido em Aiuruoca (MG), em 1772, e do Tenente Coronel Gabriel Garcia de Figueiredo, nascido em Nepomuceno (MG), em 1816, este último, nomeado Barão de Monte Santo pelo Imperador em 1885. Esses dois indivíduos estão também vinculados a importantes cargos militares no município de São Sebastião da Boa Vista (atual Mococa), a sudeste de Batatais, na fronteira com Minas Gerais.

Os Antunes Cintra representam o tronco familiar com maior número de indivíduos na lista, sendo os quatro fazendeiros arrolados moradores de Franca. Os Cintra, no ano de 1873, se procurados isoladamente, aparecem pelos municípios de Atibaia, Amparo, Mogi Mirim e, em menor medida, em Franca e Rio Claro, podendo-se afirmar estarem espalhados pela Estrada dos Goiases e com estreita ligação com o sul de Minas. O patriarca desse tronco familiar na colônia, Domingos Antunes Cintra, era natural de Sintra, Portugal. Felizardo Antunes Cintra, arrolado em 1873, era seu neto, e se estabeleceu em Jacuí (MG) por volta de 1811, onde foi nomeado Capitão da Companhia de Ordenança e tornou-se mais tarde, juiz de paz. O Capitão teve treze filhos, sendo dois deles, Joaquim Antunes Cintra e Lucas Antunes Cintra, também arrolados na lista (ALVES; LIMONTI JR; LELIS, 2010).

Por fim, o tronco familiar que se mostra mais isolado, por não se misturar com outras famílias, é o dos Diniz Junqueira. Do ponto de vista de sua geografia na Província, o tronco se encontrava em Queluz, Areias e principalmente em São João da Boa Vista e Batatais. Já os Diniz, isoladamente, encontravam-se em Parnaíba, Mogi das Cruzes, São José dos Campos, Lorena, Bananal, Iguape, Campinas, Moji Mirim e Itu, mas se concentravam mesmo no nordeste paulista, com 17 fazendeiros

arrolados no ano de 1873, um forte indício de que se trata da expansão rural sulmineira atraída pelas terras do Nordeste Paulista.

Andrade (2005) corrobora essa ideia apontando que o berço dos Junqueira foi São João del Rey, centralidade do mercado de abastecimento da corte, nos oitocentos. Tratava-se de uma das famílias mais poderosas e ricas de Minas Gerais, pois era a que detinha a maior média de escravos, 30 por fazenda, bem superior à média regional. Em algumas propriedades dos Junqueira, esse número chegava a mais de 100. Ainda segundo o autor, estavam em expansão tamanha que tiveram que migrar e adquirir sesmarias no Sertão do Rio Pardo:

A necessidade de migrar para áreas de fronteira se impôs para alguns membros da terceira geração, em função da ausência de novas oportunidades nas áreas inicialmente ocupadas pelos ancestrais e também por estratégia pensada de investimento em áreas de expansão, que acabaram contribuindo para a fixação de identidade da parentela em um território muito vasto do sul de Minas, no nordeste de São Paulo e mesmo em algumas freguesias do Rio de Janeiro (ANDRADE, 2005, p.5).

As demais famílias presentes na lista não receberam investigações pormenorizadas, mas estão registradas como presentes às vésperas da chegada da cafeicultura. O importante é gerar uma base amostral que represente as famílias da elite do Sertão do Rio Pardo pré-cafeeiro e que sirva para o confronto com os dados do restante da série.

2.2.2 Principais fazendeiros de gado e café em 1888

Antes de adentrar a busca pelas famílias que operaram a economia cafeeira no Nordeste Paulista, é preciso fazer uma contextualização da produção de café, do alcance das ferrovias e da estrutura populacional às vésperas do ano estudado. Para isso, o Mapa 3, elaborado a partir de Camargo (1981), referente ao ano de 1886, oferece importantes subsídios. Observa-se que a região com maior produtividade cafeeira, em que pese a extensão dos avanços da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CMEF) até o Nordeste Paulista, ainda é, disparadamente, a área central da província. A composição populacional dos

municípios, no mesmo mapa, aponta para o fato de que quanto maior a produtividade cafeeira, maior a proporção de cativos na população, o que sugere ainda a intensa utilização do trabalho escravo nas lavouras cafeeiras daquela zona central às vésperas da abolição. Poucos municípios apontam para a presença significativa de estrangeiros na população, o que só ocorreria, como visto, de 1887 em diante. Vale observar também, a quase totalidade de homens livres na composição populacional dos municípios da região sudoeste, próximos aos caminhos do sul anteriormente estudados, e uma presença de cativos no Nordeste Paulista bem inferior à vista na área central.

De volta às parentelas, apresentam-se nas Tabelas 8 e 9, os principais fazendeiros do Nordeste Paulista no momento em que o café é incipiente na região. Ao se defrontar esse quadro com o anterior, busca-se verificar se aqueles troncos familiares presentes em 1873 permaneceram no setor pecuário, se adentraram essa nova economia ou se simplesmente não apareceram na lista.

Tabela 8 – Sobrenomes dos principais fazendeiros de Franca e Batatais em 1888

	Nº de vezes em que o sobrenome apareceu (combinado com outro ou não)	Costa	Ferreira	Figueiredo	Lima	Rosa	Silva	Souza	Martins	Junqueira	Franco	Lopes	Leite	Branquinho	Costa	Menezes	Mello	Monteiro	Reis	Andrade	Mendonça	Resende	Espindola	Duarte	Moreira
Ferreira	xxxxxxxxxxxxxxxx					xxxx	xx	xx	xx							xx									
Silva	xxxxxxxxxxxx						x																x		
Lima	xxxxxxxxxx																								
Martins	xxxxxxx	x	x							x	x											x			
Garcia	xxxxxxx			xx			x					x								x				x	
Monteiro	xxxxxxx																								
Pereira	xxxxxxxxx				xxxx																				
Rosa	xxxxxxx																								
Figueiredo	xxxxx																								
Costa	xxxxx																								
Junqueira	xxxxx									xx															
Souza	xxxxx														x										
Andrade	xxxxx																								
Diniz	xxx								xxx																
Alves	xxx	x	x											x											
Barbosa	xxx				x																				
Branquinho	xx																								
Freitas	xx																								
Menezes	xx																								
Lopes	xx						x																		
Fernandes	xx																								
Rodrigues	xx						x																		x
Villela	xx																		x	x					
Costa	xx																								
Franco	x																								
Gouvea	x																								
Jesus	x																								
Leite	x																								
Lellis	x						x																		
Paiva	x												x												
Salgueiro	x																								
Castro	x																								
Vallim	x																x								
Mello	x																								
Candido	x													x											
Reis	x																								
Carvalho	x																								
Ribeiro	x																					x			
Mendonça	x																								
Resende	x																								
Espindola	x																								
Assis	x																	x							
Cardoso	x																								
Goulart	x																				x				
Teixeira	x																								
Duarte	x																								
Moreira	x																								

Legenda: Fazendeiros (não cafeicultores) em Batatais
Cafeicultores em Batatais
Fazendeiros (não cafeicultores) em Franca
Cafeicultores em Franca

Fonte: Elaborada a partir de Seckler (1888)

Tabela 9 – Fazendeiros presentes em 1888 em Franca e Batatais

Batatais: Fazendeiros de café em 1888	Franca: Fazendeiros de café em 1888
Antônio Ferreira Rosa	André Ribeiro de Mendonça
Antonio Ferreira de Souza	Antonio Martins Resende
Antonio Garcia de Figueiredo	Antonio da Silva Espoindola
Boaventura Ferreira Rosa (Tenente Capitão)	Antonio Flavio Martins Ferreira
Francisca de Paula e Silva	Antonio Sebastião Barbosa
Francisco Antonio Pereira Lima (sobrinho - Capitão)	Estevão Marcelino de Figueiredo
Henrique da Costa Marques	Felecissimo Garcia de Andrade
Isach Pereira Lima (Tenente)	Francisco de Assis Monteiro
Joaquim Alves da Costa (ten)	João Evangelista de Lima
Joaquim Ferreira Rosa Junior (Capitão)	João Evangelista Monteiro
João Candido Alves Ferreira	João Feliciano Cardoso
Martinho Ferreira da Rosa	Joaquim Firmino de Figueiredo
Manoel Theodolino do Carmo (Tenente Coronel)	Joaquim Goulart de Andrade
Ovidio Casemiro de Souza	Jose Augusto Monteiro
	José Egydio de Figueiredo
Batatais: Fazendeiros (não cafeicultores) em 1888	José Francisco Junqueira
Antonio Martins Fernandes	José Francisco de Paula Teixeira
Antonio Severiano de Gouvea	José Garcia Duarte
Antonio Theodoro Lima	Luciano Ferreira Santiago
Antonio Luiz Salgueiro	Manuel C. Ferreira Martins (Major)
Camilo de Lellis e Silva (Capitão)	Marcelino Rodrigues Moreira
Candida Esmeria da Silva	Militão Honório Monteiro
Candido Martins Ferreira	Urias Monteiro
Domiciano Pereira Lima	
Diogo Garcia de Figueiredo	Franca: Criadores de gado em 1888
Fermino Umbelino Fernandes	Anna Euzebia Branquinha
Flavio Martins Ferreira	Antonio Barbosa Lima
Francisca de Paula e Silva	Antonio Flavio de Castro
Francisco Antonio Pereira Lima (Capitão)	Antonio Jacinto de freitas
Francisco Damasceno Pereira	Antonio Jacinto da Silva
F. Marcolino Diniz Junqueira (Capitão)	Antonio Joaquim de Souza da Costa
Gabriel Theodoro Lima	Jacob Ferreira de Menezes
Gabriel Junqueira Franco	Francisco Emirena da Costa
Isac Pereira Lima (Tenente)	Joaquim Antonio Garcia
Issac Adolpho Ferreira	Joaquim Garcia Lopes da Silva
Joaquim Ferreira Rosa	Joaquim Vallim de Mello
João Vilella Dos Reis	João Caetano Ferreira de Souza
José Antonio da Silva e Souza	João Candido Branquinho
José de Andrade Diniz Junqueira	João Evangelista Monteiro
José Garcia Lopes da Silva	João Felisberto de Freitas
Manoel de Paiva Leite (Capitão)	João Vilela dos Reis (Alferes)
Maria Joaquina de Jesus	José Augusto Monteiro (Capitão)
Sebastião José Garcia	José Esteves de Andrade
Saucho Diniz Junqueira	José Francsico da Costa
	Jospé Pedro Alves Branquinho
	Manoel Claudio Ferreira Martins
	Manoel Pereira Cassiano
	Manoel Rodrigues da Silva
	Mathiniano Francisco da Costa
	Primo Miguel Barbosa
	Thiompe Ignácio Villela de Andrade
	Tobias Ferreira de Menezes
	Tristão José de Carvalho

Fonte: Elaborada a partir de Seckler (1888)

Os Ferreira permanecem no topo da lista com o maior número de indivíduos arrolados. Os Ferreira da Rosa, que estavam presentes em 1873 como importante tronco pecuarista, agora se inserem plenamente na cafeicultura. Em Batatais, quatro dos cinco indivíduos desse tronco passaram a praticar a cafeicultura. Outro ponto importante a ser relatado é a quantidade de patentes militares que possuem os indivíduos desse tronco familiar em 1888, sendo um suplente de juiz, dois capitães e um tenente coronel. Destaca-se ainda um indivíduo Ferreira Martins no setor da cafeicultura, tratava-se do Major Claudiano, homem mais rico e maior proprietário de escravos do contexto⁴⁷.

Por outro lado, a família Alves, predominante na pecuária de 1873, diminuiu sua presença de 11 para 3 indivíduos fazendeiros em 1888, dois dos quais adentraram a cafeicultura. Embora a tendência seja desconsiderar as ausências na análise, essa é tão evidente que deve ser registrada e analisada. A busca por esse tronco em outras atividades arroladas pelo almanaque revela que os Alves Ferreira atuaram, em 1888, em setores do núcleo urbano antes não explorados por essas famílias, mais especificamente como donos de açougue, de funilaria, de engenho de cana e de serrarias.

Os Pereira Lima se mantiveram, assim como em 1873, como um dos principais troncos presentes em Batatais e já operando na cafeicultura, mas não apenas. O Tenente Isach Pereira Lima representa bem esse período de transição, praticando a cafeicultura e a pecuária simultaneamente. Dos outros três indivíduos, dois estão na pecuária e mais um no café. Há muitas patentes militares nesse tronco também, sendo que todos os indivíduos arrolados como fazendeiros possuem algum cargo militar. Há que se registrar, que um dos indivíduos em questão foi arrolado como proprietário de máquina de beneficiar café.

Vale destacar, neste momento, essa importante informação que aparece no almanaque de 1888, apontando quem são os donos de máquinas de beneficiamento. No *complexo cafeeiro* como caracterizado por Cano (1981), esse maquinário representava um dos principais meios de produção do processo de industrialização incipiente. Ao observar os indivíduos que são arrolados como proprietários desse maquinário (Tenente Coronel Boaventura Ferreira Rosa, Capitão

⁴⁷ Segundo a tabela dos maiores proprietários de escravos de 1884 revelada por Faleiros (2002).

Francisco Antônio Pereira Lima Sobrinho, Henrique da Costa Marques e Antônio Garcia de Figueiredo) percebe-se que são justamente os troncos familiares pecuaristas de outrora, o que comprova não apenas sua inserção no setor cafeeiro como o desvio de grandes investimentos para assumir o topo desta economia.

Dos sete Garcias arrolados, apenas dois adentraram a cafeicultura, embora um deles, citado acima, tenha em suas mãos uma máquina de beneficiamento, o que certamente lhe trouxe vantagens no momento produtivo da eliminação das cascas e da separação dos grãos para embarcar o café nos trens, assim como lhe deu a oportunidade de cobrar por esse serviço, já que poucos indivíduos a possuíam.

Em 1888, os Diniz Junqueira continuaram nas fazendas de gado, em Batatais, sem aparecer nenhuma vez como cafeeiros. No que se refere ao tronco dos Antunes Cintra, que se destacou em 1873 em Franca, não foi possível encontrá-lo pela província em 1888, e a procura pelas famílias em separado demonstrou tamanho espalhamento, que se tornou inconclusiva.

Do ponto de vista da existência de famílias não arroladas em 1873 e depois presentes na lista de 1888, destacam-se os Monteiro, família com o maior número de indivíduos cultivando café em Franca.

Conclui-se que, no ano de 1888, grande parte dos cafeicultores da região se compõe de antigos habitantes do Sertão do Rio Pardo e que, portanto, desviaram parte de seus investimentos no setor do mercado interno para a agroexportação, o que se comprova não só por suas atividades como cafeicultores como pela aquisição de máquinas de beneficiamento. Presenciam-se alguns troncos inserindo-se plenamente no café, como os Ferreira Rosa, em Franca, outros que se inserem parcialmente, como os Pereira Lima, em Batatais, os Garcia, em ambos os municípios, e ainda outros que se mantêm vinculados apenas à pecuária, como os Diniz Junqueira em Batatais. Já os Monteiro, ausentes na lista de 1873, passam a ser o tronco com maior número de indivíduos no café.

2.2.3 O topo da elite cafeicultora na década de 1890

Ao longo dessa década, é possível continuar a busca por famílias que se inseriram no universo do café, a partir de Tabela 10, apresentada por Oliveira

(2013), na qual constam os fazendeiros responsáveis pelas maiores safras de café da década de 1890, com seus respectivos valores de venda. Ressalta-se que a lista aponta o *topo* da elite no decorrer da década, não sendo possível afirmar a parti, desse rol se todas as famílias estudadas acima adentraram o universo do café.

Tabela 10 – Maiores cafeicultores de Franca (1890 – 1900)

Ano	Proprietário	Valor das propriedades rurais	Nº de cafeeiros	Valor dos cafezais
1893	Manoel Claudiano Ferreira Martins	771:678\$000	210.113	130:583\$000
1898	José Guerner de Almeida	60:500\$000	160.000	80:800\$000
1897	Joaquim Valim de Melo	50:000\$000	45.000	73:800\$000
1898	João Alexandre Dias	120:000\$000	80.000	69:933\$000
1897	Joaquim Correa Leite	1:850\$000	65.625	45:800\$000
1898	Álvaro de Lima Guimarães Garcia	19:500\$000	87.000	45:800\$000
1899	Pacífico da Silva Diniz	24:700\$000	47.000	44:000\$000
1893	Saturnino Dias Telles de Castro	98:200\$000	61.000	43:275\$000
1896	Amélia Augusta Garcia Lopes	111:650\$000	60.000	42:000\$000
1895	José Gil Pedroso da Silva	15:170\$000	?	22:280\$000
1896	Anna Rosa de Jesus	1:355\$680	9.700	19:400\$000
1896	Joaquim Alves da Fé	33:800\$000	1.500	14:500\$000
1897	Ezequiel Cláudio Moreira	20:000\$000	4.500	12:000\$000
1896	Vicenzo Sgarbi	11:500\$000	23.800	11:690\$000
1898	Flausina Custódio da Conceição	12:000\$000	10.000	10:000\$000
1897	Anna Ludovina da Assumpção	100:000\$000	9.700	8:000\$000

Fonte: Oliveira (2013) apud Faleiros (2008).

Por outro lado, duas são as análises que podem ser realizadas: em primeiro lugar, verificar se no topo da elite cafeeira estavam antigas famílias do Sertão do Rio Pardo, o que significaria que, de certa forma, sua opção havia “dado certo”, ao menos até então. Em segundo lugar, verificar se existem famílias “novas” adentrando essa elite, o que poderia significar perda de espaço e de poder por parte daqueles ocupantes seculares que “reinavam” nesse sertão.

Sobre os indivíduos pertencentes às famílias antigas da região encontradas nessa elite, destaca-se no topo, o Major Manoel Claudiano Ferreira Martins, já conhecido das listas anteriores como fazendeiro, em 1873, e cafeicultor, em 1888. Joaquim Vallim de Mello, terceiro maior produtor, já era criador de gado em Franca em 1888. Pacífico da Silva Diniz também pertencia a uma família de antigos pecuaristas da região, uma vez que, além do corriqueiro nome Diniz, encontra-se o indivíduo Anselmo da Silva Diniz como fazendeiro em Franca, no ano de 1873. Da

mesma forma, é possível verificar pelo sobrenome que Amélia Augusta Garcia Lopez tinha diversos parentes envolvidos na pecuária, nos anos anteriores.

João Alexandre Dias não está arrolado em Franca ou em Batatais nas listas dos almanaques anteriores, nas quais nem mesmo aparece esse sobrenome. Mas esse indivíduo aparece como um “senhor de poucos escravos” em Franca, no ano de 1866, envolvido em um processo criminal relativo à posse de seus cativos (FERREIRA, 2005, p.148). Isso significa ser ele também um indivíduo secular, embora de menor poder aquisitivo, tendo-se em vista sua classificação dada pelo autor citado.

Sobre indivíduos de famílias antigas da região, mas não vinculados ao ramo rural, encontram-se agora na elite cafeeira José Guerner de Almeida, parente de Nuno Alberto Guerner Vianna d’Almeida, negociante francano em 1873 e 1888, e Álvaro de Lima Guimarães Garcia, dono de armazém de sal e capitalista também em Franca, nas listas de 1873 e 1888. Interessante perceber que este último indivíduo tanto tem familiares tradicionais na pecuária da região, os Garcia, como importantes negociantes e comerciantes, os Lima Guimarães. Este último tronco aparece, na escala da província, apenas em Franca, e todos os seus indivíduos se dedicam a profissões “urbanas”, como alfaiates e comerciantes.

Dos indivíduos considerados “novos” na região encontram-se Saturnino Dias Telles de Castro, arrolado como fazendeiro de café em Queluz no ano de 1873 e em Jaboticabal em 1888, José Gil Pedroso da Silva, arrolado como lavrador de café em Cabreúva, no ano de 1888, e Joaquim Correa Leite, arrolado como capitão, cafeeicultor e dono de máquina de beneficiar café em São José do Barreiro, em 1888. Sobre os demais indivíduos, não foi possível identificá-los nem seus respectivos troncos nas listas anteriores.

A partir da análise dos indivíduos acima, é possível concluir que ao menos cinco são fazendeiros de origem anterior à chegada do café e que, portanto, também desviaram suas atividades e investimentos em direção à rubiácea. Outros dois indivíduos também são de origem local, mas suas famílias operavam no setor do comércio e do sal.

2.2.4 Principais cafeicultores de 1901

Avançando para a década seguinte, apresenta-se a lista com os 28 maiores cafeicultores do ano de 1901 (ver Tabela 11), sistematizada por Oliveira (2013). Ela, ao contrário da anterior, revela não só o topo da elite como toda uma gama de cafeicultores com grandezas de safras variadas.

Tabela 11 – Maiores produtores de café em Franca (SP) - 1901

Ordem	Cafeicultor	Pés de café
1	João de Faria (Dr.)	185.000
2	Cândido Cyrino de Oliveira	170.000
3	Hygino de Oliveira Caleiro	130.000
4	Brandão & Irmão	100.000
5	João T. Pinto de Carvalho	90.000
6	Affonso de Lima Guimarães	80.000
7	José Alves Guimarães Júnior (Dr.)	80.000
8	João M. Alves Nepomuceno	70.000
9	Leopoldo Pilares	70.000
10	Martiniano Francisco da Costa	70.000
11	Manuel Dias do Prado	70.000
12	Vicente de Carvalho (Dr.)	70.000
13	Gastão de Souza Mesquita (Dr.)	65.000
14	André Martins & Andrade Vilella	60.000
15	Antonio Flávio Martins Ferreira	60.000
16	Francisco Ultramar Vallim	60.000
17	Joaquim Garcia Lopes da Silva	60.000
18	José Pereira Leite da Silva	52.000
19	Antônio da Costa Valle	52.000
20	Andrade Silva & Cia.	50.000
21	Aristides da Silva Belém	50.000
22	Candido Ramos Ferreira de Abreu	50.000
23	Elias Antonio Elizeu Moreira	50.000
24	Francisco Gomes dos Reis	50.000
25	Gabriel A. Costa & Irmão	50.000
26	Luciano Vieira Santiago	50.000
27	José Christiano Barreto	50.000
28	José Diniz de Medeiros	50.000
Total		2.044.000

Fonte: Oliveira (2013).

Dos antigos pecuaristas de Franca e Batatais encontram-se Joaquim Garcia Lopes da Silva (17^o)⁴⁸, Martiniano Francisco da Costa (10^o) e Antonio Flavio Martins Ferreira (15^o), parente do Major Claudiano. Já no que se refere aos comerciantes presentes nas décadas passadas que passaram à cafeicultura, encontram-se Hygino de Oliveira Caleiro (3^o) e Affonso de Lima Guimarães (6^o), cujos troncos se veem envolvidos no comércio e com depósitos de sal desde 1873. Antonio da Costa

⁴⁸ Entre parênteses a posição dos indivíduos no ranking.

Valle (19^o), por sua vez, ocupava cargos públicos desde 1873 em Franca, onde também foi arrolado como Juiz de paz em 1888.

Existem sete indivíduos “novos” na região, cinco dos quais advêm de municípios que estão à margem da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CMEF), a “montante”: Cândido Cyrino de Oliveira (2^o), Manuel Dias do Prado (11^o) e Cândido Ramos Ferreira de Abreu (22^o) estão em Ribeirão Preto no ano de 1888 plantando café. No mesmo ano, Elias Antonio Eliseu Moreira (23^o) e Aristides da Silva Belém (21^o) são cafeicultores em São Simão. Já de uma zona tributária da Companhia Paulista de Estradas de Ferro vem Gastão de Souza Mesquita (13^o), ex-juiz em Limeira.

Conclui-se que, dos vinte e oito indivíduos procurados nos almanaques de 1873 e 1888, seis foram identificados como descendentes de antigos fazendeiros dos municípios de Franca e Batatais, dos quais três eram pecuaristas à altura. Sete tiveram suas presenças verificadas em outros municípios nos anos de 1873 e 1888, sendo cinco da Zona Mogiana a “montante” (São Simão e Ribeirão Preto), um de Limeira e um de Santos. Dentre os demais, doze não foram encontrados nas referidas listas.

De volta à questão inicial, referente ao comportamento da elite econômica pretérita ao longo da transição, os dados apontam que essa classe não só adentra a economia cafeeira como assume a liderança produtiva em diversas ocasiões, mas parece ter perdido espaço para indivíduos advindos de fora da região na virada do século.

2.3 As consequências da transição

A análise dos dados apresentados no presente trabalho comprova que o café foi responsável por drenar grande parte dos investimentos da elite que anteriormente se dedicou e capitaneou o mercado do boi. Resta saber se essa opção pela agroexportação resultou para ela ascensão ou no declínio em relação ao seu peso econômico dentro do contexto paulista, seja no setor cafeeiro ou pecuário.

Primeiramente, no que se refere ao gado, ao confrontar os números da produção em 1854 e 1905, observa-se (Tabelas 12 e Mapa 4) que Franca, que fora o terceiro maior município do setor pecuário em 1854, passou em 1905 à 10ª posição no setor, demonstrando que se tornou secundária do ponto de vista da função que exercia no mercado interno antes de o café atingir seu território.

Tabela 12 – Municípios com maior produção pecuária 1854/1905

1854			1905		
	Município	Cabeças de gado		Município	Cabeças de gado
1	Itapetininga	8.180	1	Jaboticabal	102.504
2	Arararquara	6.500	2	Barretos	82.367
3	Franca	5.200	3	Ribeirão Preto	81.309
4	Casa Branca	4.000	4	Atibaia	72.442
5	Rio Claro	2.820	5	Descalvado	64.556
6	Mogi Mirim	2.000	6	Campinas	63.996
7	Itapeva	1.160	7	Nuporanga	59.679
8	São Paulo	816	8	Piracicaba	58.195
9	Pindamonhangaba	800	9	Itapetininga	54.909
10	São Roque	640	10	Franca	54.476
11	Jundiaí	400	11	Araraquara	46.368
12	Areias	350	12	Rio Claro	41.857
13	Sorocaba	300	13	Batatais	40.569
14	Eldorado	260	14	Sorocaba	35.720
15	São Luis do Paraitinga	250	15	São José do Rio Pardo	32.152

Fonte: Elaborada com base nos dados oferecidos pelo *Quadro Estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo 1854 Anuario estatístico de São Paulo de 1905*. Importante dizer que, segundo consta na própria fonte primária referente ao ano de 1854, não foram obtidas as respostas às informações solicitadas pela Câmara ao Município de Batatais, o que significa que os números são relativos, de fato, apenas ao Município de Franca.

Embora tenha havido um aumento nos números absolutos da pecuária em Franca, muito mais importante ao presente trabalho é ressaltar a perda de seu peso em relação aos outros municípios paulista. A primazia do setor pecuário, segundo os dados, passou a ser dos municípios de Jaboticabal e Barretos, localizados a oeste de Franca, no antigo Sertão de Araraquara.

De fato, conforme apontam alguns autores vistos a seguir, esses municípios assumiram mesmo a primazia do vetor de articulação entre o *Brasil Central Pecuário* e o mercado consumidor em crescimento da zona cafeeira.

Dentre as explicações apresentadas para a emergência desse novo centro, destacam-se a expansão para oeste das zonas criatórias a norte de São Paulo e a melhoria das estradas desses circuitos. A expansão das fronteiras do gado pelo Brasil Central atingiu o sul do Mato Grosso e diversas outras regiões ainda mais distantes:

Prosseguindo no avanço das boiadas e na procura por novas pastagens, os pecuaristas ocupariam áreas localizadas no sul de Mato Grosso, mais precisamente em Nioac, ao redor do rio Sucuiú, entre outros afluentes e áreas ribeirinhas do rio Paraguai, alcançando finalmente Vacaria (atual sudoeste do planalto sul mato-grossense). Nesta última localidade, os pecuaristas mineiros provocaram a articulação de seus rebanhos aos rebanhos oriundos das missões jesuíticas espanholas, expandindo assim a teia mercantil do boi até as pastagens estabelecidas em solo paraguaio (PERINELLI NETO, p.92).

Mas até o final dos oitocentos, a ligação entre essa zona de criação com o mercado consumidor paulista e carioca ainda era realizada pelo atravessamento do Triângulo Mineiro e depois pela “descida” justamente por Franca (nos casos em que o destino era as zonas cafeeiras paulistas) ou pelo sul de Minas Gerais (quando o destino era o Rio de Janeiro).

Foi pelas estradas do Piquiri e Boiadeira do Taboado, no final do século XIX, que o Mato Grosso do Sul e toda a sua criação bovina envoltória passaram a se conectar de maneira mais direta com a capital paulista.

Pela Estrada do Piquiri, passou a entrar o gado no Triângulo Mineiro e descia para Araraquara e Jaboticabal, cruzando o Rio Grande na altura de São Francisco de Sales. Esse caminho fora utilizado por Afonso de Taunay, durante a Guerra do

Paraguai, na década de 1860, e foi cenário de seu livro *Innocência* (TAUNAY, 1991 [1872]), importante registro de uma sociedade patriarcal ainda mais distante dos centros econômicos que o Sertão do Rio Pardo.

As condições das estradas à altura foram narradas por Taunay como precárias, e o mesmo adjetivo foi dado, em 1880, por Pimenta Bueno, que, incumbido justamente de planejar melhores conexões com Mato Grosso, clamava pela melhoria da infraestrutura (construção de pontes, balsas e melhor alinhamento), aproveitando a ocasião para citar o “*atraso do comércio e o desânimo da lavoura decorrentes das dificuldades de transporte*” (BUENO, apud SILVA; BORGES, 2013, p.341).

A Estrada Boiadeira do Taboado, um caminho ainda mais curto, também permitiu que Jaboticabal intermediasse todo o gado advindo do sul do Mato Grosso, dando condições para que ele percorresse a “hipotenusa” entre as zonas criatórias e o mercado consumidor (ver Mapa 4). Tratava-se também de uma estrada antiga, mas foi apenas com sua melhoria, a partir de 1895, que passou a conectar de fato os estados de São Paulo e Mato Grosso, atravessando o Rio Grande na altura de Aparecida do Taboado. O território que essa estrada iria atravessar ainda era pouco povoado, e ia desde São José do Rio Preto até as barrancas do rio Paraná, onde hoje estão os municípios de Rubineia e Santa Fé do Sul.

Outro fator importante para a constituição dessa nova centralidade do boi foi sua condição pretérita de estarem os municípios de Barretos e Jaboticabal ao lado do caminho fluvial composto pelos rios Mogi Guaçu, Pardo e Rio Grande, numa área conhecida como pontal (PERINELLI NETO, 2009). Essa região atraiu muitos mineiros “entrantes”, pois já era uma espécie de rótula de ligação das áreas povoadas paulistas com o Triângulo Mineiro, mas sem a mesma importância que o Nordeste Paulista e sem uma elite consolidada, o que possibilitava maior chance de ocupação por parte de homens pobres.

Dentre essas explicações sobre a ascensão de Jaboticabal e Barretos à condição de centralidade do circuito pecuário, este trabalho oferece a hipótese de que o fato de a região do Nordeste Paulista ter se voltado à cafeicultura, tendo sido desestruturada sua condição de articuladora do mercado interno, foi também uma

importante condição para que o circuito do boi encontrasse outras rotas e pontos de articulação.

De volta ao Nordeste Paulista, com sua atividade principal sendo agora a cafeicultura, resta saber que posição seus municípios atingiram no cenário da cafeicultura da província. Para isso, analisam-se os dados de 1905 referentes à produção cafeeira.

Os dados apontam que Franca e Batatais ocupam a 22^a e a 23^a posição (ver Tabela 13), respectivamente, estando atrás até de municípios como Descalvado, Matão, Taquaritinga e Atibaia, por exemplo, o que aponta para sua baixa relevância no universo da agroexportação mesmo duas décadas depois de adentrarem esse universo.

Na realidade, é preciso considerar neste momento, sintomaticamente, um fator externo à lógica produtiva regional. Faleiros (2002) chama atenção para o fato de que, durante a década de 1890, a produção cafeeira atingiu seu auge no município de Franca, mas também experimentou um declínio abrupto em função de uma forte crise no sistema cafeeiro que atingiu toda a província ao final do século. Dentre os motivos da crise estavam a desvalorização cambial, a superprodução dos últimos anos da década e uma desastrosa depressão econômica mundial, iniciada em 1893 (TOPIK, 1987).

A influência da crise na região do Nordeste Paulista, e mais precisamente nos cafeicultores de Franca, foi captada por Faleiros (2002) ao analisar a falência do Major Claudiano, decretada em 1901⁴⁹. Como visto, este indivíduo, antigo habitante da região, havia sido o maior proprietário de escravos em 1884, e fora responsável pela maior safra da década de 1890. No entanto, seus investimentos em escravos, num primeiro momento, e em terras para plantio e colonos para preparo e colheita,

⁴⁹ Aqui vale um sintomático depoimento sobre o grau de pobreza em que faleceu o referido Major: “Ele morreu numa tapera da rua Cubatão, que nem sequer lhe pertencia e sob cujo tecto de telha vã teve a câmara mortuária velada por amigos. Poucos. Expirou neste recanto de pobreza e quase de miséria” (FALEIROS, 2002, p. 106) Aqui vale uma possível explicação para essa representativa bancarrota: “A irresistível preferência para o ganho fácil, de um só golpe, num cartada, fazia dessa elite uma vítima de si mesma [...] Pai rico, filho nobre, neto pobre, esse sábio epíteto popular era o retrato dessa metamorfose vertiginosa de riqueza” (DOIN, 2001, apud FALEIROS, 2002, p.107).

num segundo, passaria a não dar mais retorno a partir de 1896. Sua falência é representativa, para o autor, de todo um processo de bancarrota dos maiores fazendeiros da região.

Tabela 13 – Municípios com maior produção de café no ano de 1905

	MUNICÍPIO	Produção em arrobas (@)
1	RIBEIRÃO PRETO	2.040.036
2	JAÚ	1.476.548
3	SÃO SIMÃO	1.466.675
4	SÃO MANUEL	1.263.402
5	SÃO CARLOS	1.097.975
6	JABOTICABAL	1.011.950
7	AMPARO	902.331
8	BOTUCATU	896.345
9	ARARAQUARA	895.000
10	MOGI MIRIM	826.962
11	SERTÃOZINHO	822.196
12	CAMPINAS	810.548
13	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	802.060
14	BRAGANÇA PAULISTA	712.808
15	MOCOCA	699.100
16	RIO CLARO	686.821
17	CRAVINHOS	608.640
18	ATIBAIA	592.220
19	TAQUARITINGA	567.570
20	MATÃO	534.350
21	DESCALVADO	527.868
22	FRANCA	510.030
23	BATATAIS	453.380
24	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	428.420
25	MONTE ALTO	417.520
26	SÃO JOÃO DA BOCAINA	408.650
27	ARARAS	407.999
28	LIMEIRA	401.505
29	JUNDIAÍ	400.080
30	NUPORANGA	372.550

Fonte: Elaborada com base no *Anuario estatístico de São Paulo de 1905*

E sem retorno financeiro, o regime de colonato, que havia sido implantado em Franca durante toda a década, se encontrava superado, e as relações de trabalho passariam a ser de parceria, uma vez que na “ausência de meio circulante própria de economias deflacionárias, precisou-se de liquidar débitos com terras e ou abrir

mão de parcela da produção de café em prol do colono” (FALEIROS, 2002, P.122). Na verdade, a implantação do regime de parceria era um ato de desespero, sendo que “o que estava em questão era não perder mais e não necessariamente expandir a lucratividade do empreendimento” (FALEIROS, 2002, p.122).

Conclui-se que as posições que Franca e Batatais ocupam no universo da agroexportação são pouco relevantes. Isso porque, incipientes ainda no ramo, atingiram seu auge produtivo e, logo em sequência, depararam-se com uma crise externa que anulou as possibilidades de sua reprodução. A partir disso, verifica-se a suscetibilidade da agroexportação e as consequências da opção por adentrar uma economia aparentemente mais lucrativa, mas extremamente frágil, já que dependia de oscilações externas à lógica mercantil interna do país.

Essa última característica revela uma diferença importante da economia externa quando comparada ao mercado interno operado anteriormente, cuja solidez se demonstrou pela evolução e pela consolidação de toda uma rede mercantil que atravessou o século XIX, com imunidade em relação às flutuações do mercado externo.

Precisamente neste ponto é possível falar que a região se tornou periférica, não tanto pela posição que ocupava o antigo Sertão do Rio Pardo no ranking da produção cafeeira, mas por se inserir na lógica da agroexportação. Esta trouxe como consequência a atrofia da economia de gêneros alimentícios (com a generalização do colonato), a desestruturação da economia pecuária, ainda mais forte e já elitizada (por atrair seus investimentos), e depois foi ela mesma anulada por uma oscilação econômica externa. Em outras palavras, nem os gêneros alimentícios, nem a pecuária e nem o café puderam evoluir no período de transição, o que revela a total falta de solidez da economia em geral.

Considerações finais

Diante das perguntas levantadas por este trabalho, referente às possibilidades e limites de desenvolvimento do mercado interno no Estado de São Paulo durante o século XIX, constata-se que só é possível respondê-las dividindo-o em dois setores, cujas características evolutivas e espaciais se apresentaram bem distintas: o setor de gêneros alimentícios e o pecuário.

O primeiro esteve situado, majoritariamente, durante todo o século, em meio às zonas dedicadas à agroexportação. Tal proximidade fez com que fosse operado principalmente por homens livres e pobres, que na dificuldade de acessarem os meios de produção, situaram-se em terras alheias e foram submetidos a relações de produção que impossibilitavam sua ascensão social e econômica. Pouca capacidade de desenvolvimento foi conferida a este setor, já que houve um significativo grau de autarquia nas regiões de produção de açúcar e café, tornando grande parte dos homens que dele viviam, ao menos na primeira metade do século XIX, prescindíveis. Além disso, constatou-se que o avanço das fronteiras da cana-de-açúcar e do café gerou efeitos repulsivos aos produtores de gêneros, dada a dificuldade de acesso aos meios de produção, fazendo-os se deslocar sistematicamente para áreas mais distantes do próprio mercado em constituição.

O mercado pecuário, por outro lado, se concentrava em zonas mais afastadas das áreas da agroexportação, no que foi aqui denominado como "arco pecuarista", representado pelos municípios de Franca, Batatais, Casa Branca, Araraquara, Itapeva e Itapetininga. Seus circuitos mercantis eram muito longos, ligando regiões distantes do território colonial e nacional e oferecendo possibilidades muito maiores de enriquecimento por parte daqueles nele envolvidos quando comparadas ao comércio de gêneros alimentícios.

Na região Nordeste Paulista, com a função de intermediar o comércio do boi entre o *Brasil Central Pecuário* e a faixa litorânea, os municípios de Franca e Batatais emergiram economicamente por meio da constituição de uma elite rural comandada por chefes-de-famílias que estendiam suas parentelas pelo território como forma de se reproduzir como classe.

Tratava-se de uma elite com plantéis de escravos em média muito menores quando comparada às elites das zonas agroexportadoras. Essa estrutura social e produtiva era muito semelhante à da Comarca do Rio das Mortes, no sul das Minas Gerais, o que reforça a leitura de que a ocupação da região Nordeste Paulista foi fruto de uma expansão do processo de ruralização das Minas Gerais pós-aurífera.

Esse circuito do mercado interno paulista de maior importância econômica assistiu à parte de seus agentes principais adentrar o universo do café, desviando grande parte dos investimentos em direção à nova economia. No momento de intensificação desses investimentos, a região foi abatida pela crise no sistema cafeeiro, por volta de 1896, interrompendo o desenvolvimento do mercado externo.

Ao fim do período de transição, as posições que Franca e Batatais ocupam no universo da agroexportação são pouco relevantes e dentre as consequências da opção por adentrarem essa economia aparentemente mais lucrativa, mas extremamente frágil, itinerante e suscetível, está a perda da primazia na articulação do comércio pecuário.

Referências bibliográficas

ALVES, João Beckman; LIMONTI JR, José; LELIS, Sônia Regina. **Os Cintras em Franca, Ibiraci e Claraval**. Texto publicado em website, 2010. Disponível em: <http://gcn.net.br/noticia/113433/quem-somos/2010/11/0S-CINTRAS-EM-FRANCA,-IBIRACI-E-CLARAVAL-113433> (acesso em 16/02/2016).

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família e poder em Minas Gerais: o caso Junqueira (1790-1850)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uma rede fundiária em transição. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs). **Na estrada do Anhanguera: Uma visão regional da história paulista**. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, 1999. cap. IV, p. 91-116

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). São Paulo do Passado: Dados Demográficos 1836. Volume I. **Núcleo de Estudos de População** - Universidade de Campinas, Campinas, 1998a. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1836.pdf> Acesso em: 1/2/2016.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo (org.). São Paulo do Passado: Dados Demográficos 1854. Volume II. **Núcleo de Estudos de População**-Universidade de Campinas, Campinas, 1998b. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1854.pdf> Acesso em: 1/2/2016.

BEIER, José Rogério. **A contribuição de Daniel Pedro Müller para a transição do ensino da engenharia militar para a civil na província de são paulo (1802-1841)**. In: História e Cultura, Franca, v. 4, n. 1, p. 377-400, mar. 2015.

BELLENTANI, Natália Freire. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético**. 2015. 175f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Fapesp, 2002.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial**. Tese de Doutorado – Departamento de História da Universidade

de São Paulo, 2006.

BRIOSCHI, Lucila Reis et.al. **Entrantes no sertão do Rio Pardo**: O povoamento da freguesia de Batatais - séculos XVIII e XIX. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos CERU, 1991.

BRIOSCHI, Lucila Reis. Fazendas de Criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.). **Na estrada do Ananguera**: Uma visão regional da história paulista. São Paulo, Humanitas FFLCH/USP, 1999. cap. III, p. 55-90

BUENO, Francisco Antonio Pimenta. **Memória justificativa dos trabalhos de que foi encarregado à Província de Matto Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1879**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

CAMARGO, João Francisco de. **O crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981. Volume I.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Minas Gerais: UFMG, 2005.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Paz e Terra, São Paulo, 1988.

CHIACHIRI, José. **Vila Franca do Imperador**. Franca: O aviso de Franca, 1967.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Iraci del Nero da. **Arraia-miúda**: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MGSP, 1992.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **São Paulo agrário**: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. 2012. 271f. Dissertação (Mestrado em Produção do Espaço Geográfico) – Faculdade de Ciências e

Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2012.

CUNHA, Maísa Faleiros da. **Demografia e família escrava**: Franca - sp, século xix. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campina, 2009.

DEAK, Csaba. **Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980**. In: DEAK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2010.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DOIN, José Evaldo de Mello. **O Capitalismo Bucaneiro**. Dívida Externa, Materialidade e Cultura na saga do Café. Tese de Livre Docência – UNESP, Franca, 2001.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

ELIAS, Denise et al. (orgs.). **Redes Agroindustriais e Produção do Espaço Urbano no Brasil Agrícola**. São Paulo: Annablume, 2005.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café – Franca: 1890-1920**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café**: Franca, 1880-1920. Ribeirão Preto, SP: Holos Editora, 2008.

FERREIRA, Ricardo Alexandre Ferreira. **Senhores de poucos escravos**: Cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888). São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3ª edição. São Paulo: Kairós Livraria Editora Ltda, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 2006.

GARAVAZO, Juliana. **Riqueza e escravidão no nordeste paulista: Batatais, 1851-1887**. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, 2006.

GARRIDO, Felipe de Moura. **Produção, comércio e tensões nas vilas do norte da capitania de São Paulo (1788-1808)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011.

GODOY, José Henrique Artigas de. A reciprocidade desigual: família e política na história do Brasil. **Revista Política e Trabalho**, v.27/30, 2009.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick; PIRES, Julio Manuel. **Metas e Bases e I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1970-1974)**. In: KON, Anita (org.) Planejamento no Brasil II. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HUERTAS, Daniel. **Da Fachada Atlântica a Imensidão Amazônica**. São Paulo: Annablume, 2009.

KLEIN, Herbert. A oferta de muare no Brasil central: o mercado de Sorocaba (1825-1880). **Revista Estudos econômicos** - São Paulo: vol.19, nº2, maio-agosto. São Paulo, 1989.

KOWARICK, Lucio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

LEITE, Mario. **Paulistas e mineiros: Plantadores de Cidades**. São Paulo: EDART, 1961.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista – Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDFU, 2010.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **Das fronteiras do Império ao coração da República: O território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX.** Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, 2007.

LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

LUNÉ, Antonio José Baptista; FONSECA, Paulo Delfino da. **Almanak da Provincia de São Paulo para 1873.** São Paulo: Typographia Americana, 1873.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836.** São Paulo: Editora Hucitec, EDUSP, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. **A Pequena e a média propriedade na grande lavoura cafeeira do vale do Paraíba.** Revista Locus, Juiz de Fora (MG), v. 4, n.2, p. 35-54, 1998.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira.** Campinas: Pontes, 1990.

MELO, João Evandro Vieira de. **Café com açúcar: a formação do mercado consumidor de açúcar em São Paulo e o nascimento da grande indústria açucareira paulista na segunda metade do século XIX.** **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, v. 14, p. 74-93, 2006.

MENDONÇA, Sonia Regina de: **Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento.** São Paulo: Graal, 1988.

MESSIAS, Rosane Carvalho. **O cultivo do café nas bocas do sertão paulista: Mercado interno e mão-de-obra no período da transição – 1830-1888.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MIGLIORINI, Vera Lucia Blat; PALAZZO, Fabiana Carlucci; VIANA, Livia Gonçalves. Indicadores de vulnerabilidade sócio-ambiental das favelas de Ribeirão Preto com subsídio para processos de regularização fundiária. In: VIII ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 2009, Cuiabá: ECOECO.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. São Paulo: Departamento de Cultura de São Paulo, 1941.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MORI, Anna Maria Kaiser. **Brasil: urbanização e fronteiras**. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

MOTTA, Flávio. Derradeiras transações: o comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo). **Almanack Brasiliense**. São Paulo, n.10, p. 147-163, nov. 2009.

MOURA, Denise Soares de. **Saindo das sombras: Homens livres no declínio do escravismo**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª edição. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Mundialização da agricultura brasileira**. 2014. Obra Inédita.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Heranças guardadas e transições ponderadas: História econômica do interior paulista 1890-1920**. Franca: UNESP-FHDSS; FACEF, 2006.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. Intenções urgentes x passos lentos: um confronto entre políticas econômicas da Primeira República e a rotina produtiva da fronteira agrícola no Estado de São Paulo – Brasil (1889-1930). In: ENCONTRO ANUAL DA APHES,

33, Braga, 2013. Disponível em <http://www3.eeg.uminho.pt/aphes33/Comunica%E7%F5es/deOliveira.pdf> (acesso em 28/1/2016).

PERINELLI NETO, Humberto. **Nos quintais do Brasil: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade – Barretos (1854/1931)**. 2009. 463f. Tese (Doutorado em História e Cultura) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

PAULA, João Antonio de. O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história. **História Econômica e História de Empresas**, São Paulo: ABPHE, v. 5, n. 1, p. 7-39, 2002.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA E DO ARCHIVO DE SÃO PAULO. Anuario estatístico de São Paulo (Brazil). São Paulo, 1905.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos (coord.). **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. Volume 1. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As ferrovias de São Paulo 1870-1940**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SANTOS, Milton. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. **Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo (1885-1888)**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1980.

SECKLER, Jorge. **Almanach da província de São Paulo administrativo, commercial e industrial para 1888**. São Paulo: Jorge Seckler & Comp., 1888.

SILVA, Cássia; BORGES, Maria. **Caminhos antigos no sul de Mato Grosso (século XIX): a Estrada do Piquiri**. In: ANAIS DA SEMANA DE HISTÓRIA DO CPTL/UFMS, 2013, p 337 - 353. Disponível em: <http://ndh.ufms.br/wp-anais/AnaisdaSemanaDeHistoria/edicaoatual.html> (acesso em 23/2/2016).

SCHIFFER, Sueli Ramos. **São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional**. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, p. 73-110, 2010.

STRAFORINI, Rafael. **No caminho das tropas**. Sorocaba: Editora TCM comunicação, 2001.

TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. São Paulo: Ática, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.

TOPIK, Steven. **A presença do Estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

TOSI, Pedro. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro – calçadista (1860 – 1945)**. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998.

TOSI, Pedro; FALEIROS, Rogério; TEODORO, Rodrigo. Crédito e Pequena Cafeicultura no Oeste Paulista: Franca/SP 1890-1914. **RBE**. Rio de Janeiro, v. 61. n. 3. p. 405–426, 2007.

TOSI, Pedro; FALEIROS, Rogério. Domínios do café: ferrovias, exportação e mercado interno em São Paulo (1888-1917). **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 20, n.2 (42), p.417-442, ago. 2011.

VALENTIN, Agnaldo. **Uma civilização do arroz: Agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)**. 2006. 400f. Tese (Doutorado em História)

Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VASCONCELOS, Ronaldo Van Putten de. **Nossos Ancestrais, Genealogia e História**. Minas Gerais: Ed. do autor, 2015.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 1951. 275f. Tese (Doutorado em História da Civilização Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951.